



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 15

Sessão Ordinária de Junho

1.ª Reunião de 30-06-2006

Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos e pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Fernando José Florentino Marques, Paulo Jorge Barreto Marques Maia, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, João António Fernandes Pedroso, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, António do Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Eduardo Maria Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Manuel Arede de Jesus, Arsélio Almeida Martins e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 21:00 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte Vogal:
Casimiro Simões Calafate.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, o Vice-presidente Carlos Manuel da Silva Santos e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Marília Fernanda Correia Martins e António Rocha Dias de Andrade.

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da suspensão de mandato por um período de 30 dias dos Vogais Gilberto Jorge Tavares de Matos Ferreira e João Pedro Simões Dias, sendo os mesmos substituídos pelos sucedâneos na lista de candidatura, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira e António Manuel Carvalho Serra Granjeia.

Ainda, nos termos artigo 78.º da citada legislação, informou o plenário da substituição nesta reunião dos Vogais José da Cruz Costa e António Manuel Carvalho Serra Granjeia, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Paula Cristina Dias Urbano Antunes e Jorge Manuel do Nascimento, respectivamente.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, se fez substituir nesta reunião, por Firmino Marques Ferreira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, a Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir a Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Homenagem aos Aveirenses que desempenharam funções de Presidente da Assembleia Municipal (aditamento);

Ponto 3. – Desafecção do domínio público municipal – parcela de terreno sita na EN 109 (junto à rotunda da Policlínica).

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 10 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e seis votos a favor e quatro abstenções.

Acta n.º 11 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e cinco votos a favor e cinco abstenções.

Acta n.º 12 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e cinco votos a favor e cinco abstenções.

Acta n.º 13 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e seis votos a favor e quatro abstenções.

Acta n.º 14 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e três votos a favor e sete abstenções.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreeveu-se para usar da palavra o munícipe:

Amadeu José Gonçalves Branco, veio à Assembleia questionar a Câmara Municipal sobre o Plano de Pormenor de Sá-Barrocas, na zona relativa à “Pensão Barros” e o núcleo de casas adjacentes.

Não se verificando mais intervenções, usou da palavra o Vice-Presidente da Câmara Municipal, para os esclarecimentos atinentes.

Da Câmara Municipal

Vice-Presidente da Câmara:

“A comunicação social tem falado muito na Rua João de Moura nestes últimos tempos. Muitas pessoas se têm referido a esta questão. Este processo do hotel “Cidade de Aveiro” é um processo que vem de mil novecentos e oitenta e oito e onde o Plano de Pormenor Sá-Barrocas contemplava um alinhamento recuado na Rua João de Moura.

Hoje foi criada uma nova centralidade com a abertura da Estação.

O Sr. Amadeu Branco questionou aqui o que é que nós tencionamos fazer em relação às casas que ameaçam perigo de demolição?

Portanto há ali um problema, uma questão, que tem a ver com um projecto de criação de um hotel que está previsto para ali, que prevê a preservação da fachada da “Pensão Barros”. Portanto os proprietários querem construir ali um hotel.

Neste momento ainda não há uma posição da Câmara Municipal definitiva em relação à construção do hotel. Quer o Planeamento quer a Gestão Urbanística têm ideias em relação a esse projecto, prevendo determinadas prescrições e brevemente vai ser tomada uma deliberação da Câmara Municipal em relação a este assunto.”

Membros da Assembleia

Vogal Carlos Candal (PS):

“O Senhor Vereador Carlos Santos deu uma resposta “assim, assim; antes pelo contrário” — quer dizer, não disse absolutamente nada.

Mas penso que quando for para dizer alguma coisa deve estudar o antecedente, e não pode haver um despacho avulso sobre aquela esquina entre a rua João de Moura e a Rua Almirante Cândido dos Reis. Não pode! Não pode, por causa do antecedente.

É que este tema já foi aqui trazido pela anterior Câmara (do Dr. Alberto Souto), e a Assembleia Municipal pronunciou-se sobre isso. E eu (como tenho um dedo que advinha) não sabia que o Senhor Amadeu Branco vinha cá expor, mas tinha visto nos jornais e tinha percebido que a Câmara estava assim nas encolhas e então uniciei-me do que foi debatido e decidido em plenário da Assembleia Municipal.

O Dr. Alberto Souto, trouxe à apreciação da Assembleia Municipal o Plano de Pormenor Sá-Barrocas; com vários tópicos, e trazia um boneco. Bem, este Plano de Sá-Barrocas tinha uma coisa muito esquisita, é que fazia ali um enclave naquela esquina; isto é: aquela esquina ficava fora do Plano de Pormenor Sá-Barrocas.

Não tem nada de esquisito, tem é de discutível! Politicamente discutível. Aveirensemente discutível. Esteticamente discutível. Funcionalmente discutível — em termos de bom-senso é discutível. O Dr. Alberto Souto era favorável e simpatizava com um projecto de uns investidores que serão os mesmos que agora falam e propõem um hotel naquele sítio (calculo que seja). Bem, como mudou a Câmara, vamos deitar o “barro à parede” porque na perspectiva deles (nem sei quem são), mas correu-lhes mal. Porque enquanto o Dr. Alberto Souto era favorável a esse hotel, fazia ali uma chave e que estrangulava na Rua João de Moura, em relação ao perfil que tem lá mais para diante a partir da desnivelada (antes e depois), alterava esse perfil e ficava a fachada do tal hotel, ficava no sítio onde é hoje a fachada da Pensão Barros.

Abro um parêntesis para dizer que, salvo o devido respeito por quem tiver melhor informação, mais formação, ou melhor opinião, aquela fachada da Pensão Barros não tem nada que ser preservada. Não tem valor estético, nem histórico. Não tem valor de espécie nenhuma para ser preservado.

O certo é que o Dr. Alberto Souto tinha assim umas coisas, e achava bem ali um hotel. Era um investimento - ele queria hotéis em Aveiro o que era bem pensado. Queria fazer ali uma chave, um recanto.

Foi criada uma comissão ad-hoc da Assembleia para estudar este tema de Sá-Barrocas e a Comissão estudou, planeou, haviam vários problemas nomeadamente com os trabalhadores da ex-Frapil, que estavam à espera de serem feitas as vendas para receberem o seu dinheiro, o que era uma preocupação estimável — e havia o problema desta chave!

A Comissão, não sei bem quem eram os componentes, desenvencilhou-se bem da tarefa e no que respeita à chave para o tal hotel fez uma proposta à Assembleia a dois níveis: que a Assembleia recomendasse apenas à Câmara que viesse a incluir aquele canto no Plano de Pormenor de Sá-Barrocas, que foi votado e aprovado por unanimidade já depois em plenário, e num segundo momento que a Assembleia deliberasse cogentemente que aquele canto integrava já então e a partir dessa altura o Plano de Pormenor Sá-Barrocas.

Portanto, actualmente, a Câmara está obrigada ao que foi decidido em Assembleia quanto ao Plano de Pormenor de Sá-Barrocas no que aquela esquina diz respeito. O que é juridicamente muito importante.

Eu sou a favor, também votei a favor quer a recomendação quer depois em segundo momento a decisão (foram ambas aprovadas por unanimidade), a minha razão é esta: primeiro aquela rua não tem que ter a fatalidade de ter só um sentido — deve ter dois sentidos. E portanto, deve ter o mesmo perfil desde uma ponta até à outra. Penso que alguns moradores, não sei se é o caso do Sr. Amadeu José Gonçalves Branco, são desta opinião. Segunda razão, eu quando vou aos países do Magreb e também ali à Mauritânia e ainda na Tunísia, no Egipto um pouco, gosto muito de ir ao “Kasbas”! Mas Aveiro não tem reminiscências, tirando as lendas da moira encantada e da fonte da Pêga, não tem reminiscências islâmicas; poucas ou nenhuma. E portanto não há razão para criarmos “kasbas”, estrangulamentos, estreitamentos, apertos em Aveiro — Isso é categórico para mim. Mantenha-se a geometria da Beira-mar mas estrangulamentos não!

O Dr. Alberto Souto não era sensível a isto. E há um outro problema com o qual qualquer dia serão confrontados com isso e eu já falei nisso, mas às vezes as pessoas esquecem. O quartel dos bombeiros ali na praça Marquês de Pombal, ali ao pé da policia, do convento, o Dr. Alberto Souto queria manter, aproveitar o que lá está, aquelas paredes, manter aquele alinhamento, ali à maneira marroquina, com aquele estrangulamento que está ali. Sempre entendi que aquele edifício a ser reconstruído, ou aquele assentamento, deve recuar pelo menos para o alinhamento da Escola Primária e mesmo assim já está muito avançado.

É uma maçada! Eu tenho muito respeito por quem tem ali interesses, por quem julga que tem e se calhar tem, vamos a ver, tem ali uma fortuna naquele assentamento da antiga Pensão Barros (comprando as casas que há atrás, ao lado e mais não sei quê), eu tenho muito respeito, mas não estou aqui para respeitar os interesses capitalistas, nem socialistas, nem de ninguém, estou aqui para defender o interesse de Aveiro. E na nova zona da Estação não há sítio para um estrangulamento, para subsistir ali um estrangulamento. Aquela rua deve recuperar em toda a sua extensão a largueza que tem no outro extremo — bem preciso é. Pena é que não se possa alargar ali mais coisas como devia ter sido feito na governação do Dr. Girão, numa rua que vai da Avenida (da qual agora não sei o nome), mas onde consentiu que fosse feito um ginásio e está lá a funcionar e que dificulta o alargamento e o acesso à Estação e o estacionamento de camionetas e de automóveis — então não havia dinheiro para comprar o edifício. Bem, é um drama que de vez em quando a Câmara de Aveiro atravessa, agora já não, porque agora vive desafogadamente, segundo me consta...

Em suma: não percebi bem qual é a perspectiva do Senhor Amadeu José Gonçalves Branco, que só quer saber o que é que a Câmara pensa sobre isto — já lhe responderam. Não pensa nada! E aquilo que o Vereador Carlos Santos foi adiantando como possível pensamento é um pensamento errado e ilegal, porque bate aqui com o Plano de Pormenor Sá-Barrocas. E portanto, vamos a ver como é que isto evolui.

De qualquer maneira, ficará o Senhor Amadeu José Gonçalves Branco a saber que há quem se oponha à construção com aquela implantação de um hotel. Nem sequer recuar um metro, um metro e meio, não dá! Porque um hotel precisa de um logradouro na fachada para a entrada, para o porteiro se desbarretar quando vêm suas excelências, para os táxis passarem e encostarem e recolherem as pessoas, para as bagagens. Um metro, metro e meio não chega. Bem, quem recua dois metros ou dois metros e meio, está a encontrar a largueza que a rua João de Moura deve ter.”

Vogal Jorge Nascimento CDS/PP):

“Eu vou ser mais breve que o Dr. Candal, até porque penso que ele já reproduziu com inteira fidelidade a parte descritiva, que não opinativa (não tenho necessariamente que concordar com ele nessa parte), mas quanto à parte descritiva já reproduziu com fidelidade aquilo que se passou realmente nesta Assembleia em reunião que não data de há muito tempo. Terá aí um ou dois anos.

E também eu quando vi este assunto versado nos jornais veio-me à memória aquilo que aqui se tinha passado. E devo dizer que a impressão com que eu fiquei, da ocasião, foi que esta Assembleia era manifestamente contra o hotel — é verdade isso!

E portanto, na base do bom entendimento e do respeito por aquilo que é assumido pelos órgãos que legitimamente representam o município, eu penso que a Câmara antes de avançar ou retirar qualquer autorização deve ver o problema com olhos de ver e ter especial atenção também ao que esta Assembleia pensa.

Já disse muito bem o Sr. Dr. Carlos Candal, e na altura nós não percebemos aqui o afínco com que o Dr. Alberto Souto defendia realmente. O Dr. Alberto Souto queria ali o hotel e agarrou-se aqui com unhas e dentes (passo a expressão, que só tem sentido figurativo) a que o hotel fosse ali implantado. Depois isso veio a ter validade com o tal enclave que aqui se referiu, que aquilo até saía dos limites naturais daquilo que seria o Plano de Pormenor Sá-Barrocas. Interpretou esta Assembleia, e penso que sou fidedigno também ao sentimento interpretativo que a Assembleia teve, que era uma forma de a Câmara se escudar nesta Assembleia prevendo ali um tipo de construção, porque já na altura aquilo era polémico, já merecia de facto a oposição de muita gente do local.

O Dr. Candal falou aqui em alinhamento e desalinhamentos, e isso fica na mente das pessoas. Eu já ouvi, não sou um “expert” na matéria, mas devo dizer o seguinte: eu já ouvi a opinião de arquitectos. Uns são a favor do alinhamento outros até do desalinhamento... e isto para dizer o seguinte (isto em tese geral: nem sempre o alinhamento é bom, e nem sempre o desalinhamento é mau ou vice-versa). E a opinião em que alguns arquitectos (e já ouvi e já li isso também), é que muitas vezes o que caracteriza as cidades não é o alinhamento, é o desalinhamento.

As cidades ficam marcadas pela esquina, pelo prédio que se salienta porque tem uma fachada mais bonita, um perfil, um telhado. Eu penso que as entidades devem estar sensíveis a isto. Só para dizer: a regra do alinhamento não tem valimento geral, pelo menos segundo algumas opiniões.

Reconduzindo-me ao tema, eu penso que a Câmara deve ponderar muito bem o que esta Assembleia já em tempos decidiu sobre a matéria. O que a própria Câmara acolheu. Deve ouvir naturalmente os moradores — já dizia uma pessoa avalizada em planeamento, que as cidades não se fazem (ou um município) só com um presidente, uma câmara, uma vereação; a cidade faz-se com os órgãos e também com os munícipes. E portanto, deve ouvir toda a gente com profundo cuidado porque é um tema muito sensível e só depois então decidir em conformidade com o poder que efectivamente tem e que certamente irá tomar uma decisão correcta sobre o assunto.”

Vogal António Regala (PCP):

“Eu vou ser muito breve porque os oradores que me antecederam já referiram alguns dos aspectos, fundamentalmente a exposição que o Dr. Carlos Candal fez. Ou seja, a deliberação da última Assembleia Municipal sobre este assunto, que eu tive conhecimento por ter tido conversas com pessoas da zona que me abordaram sobre aquele assunto.

No entanto, penso eu que a opinião dos moradores da zona é consentânea com a deliberação que a própria Assembleia Municipal teve no devido tempo.

Por isso mesmo só uma outra deliberação da Assembleia Municipal poderia agora alterar o que previamente estava estabelecido. Portanto, qualquer posição que seja tomada tem que ter obrigatoriamente em conta essa deliberação da Assembleia Municipal anterior.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD):

“Achamos que o custo eventual de uma indemnização não pode condicionar o Planeamento da Câmara Municipal de Aveiro. Os argumentos da Câmara são de facto interessantes e nós concordamos que de facto vai existir ali uma nova centralidade, mas ela será criada da mesma maneira — havendo hotel ou não havendo hotel.

E portanto, o que hoje pode acontecer amanhã não pode, mas o que poderia acontecer hoje, também não está a acontecer.

Na altura quando este assunto veio à Assembleia Municipal, nós PSD, concordámos perfeitamente e este assunto até foi levantado pelo Dr. Carlos Candal, e chamou-lhe uma “aberração” — e nós continuamos a achar que é uma “aberração” de facto.

Portanto, particularmente, eu não me sinto à vontade numa altura em que na anterior Assembleia Municipal votei contra esta alucinação da Câmara anterior, e não me sinto à vontade para alterar o meu voto se isto um dia vier à Assembleia Municipal — acho que continua a ser uma aberração.

Acho que fere as expectativas dos moradores daquela zona, estrangula a via, e de Planeamento não sei o que é que se poderá dizer. Mas planeamento certamente não será tão grande assim. Além do mais, julgo saber que o Plano de Pormenor não está aprovado, Julgo que tendo em conta a boa-fé de que deve dar prova a Câmara Municipal, e tendo em conta o que valer, isto em relação à Comissão Eventual para o estudo do Plano de Pormenor de Sá-Barrocas, eu cito: «recomendar à Câmara Municipal de Aveiro, que inclua na área de implantação do Plano o gaveto da Rua João de Moura com a Rua Almirante dos Reis, zona envolvente à Pensão Barros, dada a incoerência que a não inclusão dessa parcela representa face ao previsto no Plano, designadamente no que respeita ao perfil previsto para a Rua João de Moura» Isto foi aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal anterior.

E como eu dizia, tendo em conta a boa-fé de que deve dar prova a Câmara Municipal respeitando as decisões anteriores, em particular da Comissão Eventual, julgamos que se pode seguir esta recomendação e como tal será incoerente de facto estrangular aquela via, como em princípio alguns pretendem.”

Vogal João Barbosa (PS):

“Eu gostava só de chamar à atenção para o seguinte: eu fiz parte dessa Comissão e, portanto, estou dentro de tudo o que se passou. E aquilo que eu queria chamar à atenção ao Sr. Presidente é o seguinte: será que de facto o proprietário daquele empreendimento quer fazer o hotel (que é um grande industrial do Brasil) estará interessado neste momento em fazer o hotel?

E pergunto por isto: quando se pensou em fazer o hotel era para estar pronto e aproveitar até a Estação para o EURO 2004.

Na altura não foi possível ao industrial fazer o hotel; hoje não estará à espera que lhe seja proporcionada a deliberação para poder fazer o hotel e a seguir vir pedir uma indemnização à Câmara. Porque os custos são outros!

Depois também pergunto o seguinte: a partir do momento que tenha a possibilidade de ter a deliberação para poder fazer o hotel não terá depois a possibilidade de ter o projecto para vender? Eu acho que a Câmara tem que pensar nestas situações todas.

E depois há aqui coisas que aconteceram e estão a acontecer. É que há ali pessoas que têm comércios e indústrias, que têm sido prejudicadas no tempo. Uns que tiveram que sair porque a casa está em ruínas e na altura tinham direito a uma indemnização; outros que pensaram fazer arranjos nas casas e não se realizaram e na altura queriam vender e não puderam vender e estão ali estagnados.

Gostava de chamara à atenção da Câmara para esta recomendação, para ter um certo cuidado naquilo que poderá fazer a seguir.”

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)

“Quería referir-me a algumas questões, nomeadamente quanto à eficácia do Plano. Quer-me parecer que o Plano em termos jurídicos não existe. A partir deste momento acho que a Câmara não está vinculada ao Plano.

De qualquer modo e considerando o trabalho feito pela Comissão que me parece bastante razoável, acho que haverá naturalmente que atender a algumas das considerações aqui referidas, nomeadamente na parte final quando se refere a um eventual concurso de ideias para o sítio.

A cidade é de facto feita de alguma diversidade, mas especialmente a cidade de génese e consolidação espontânea nasce naturalmente de algumas regras. E eu acho que é necessário procurar essas regras e naturalmente é necessário fazer um estudo qualificado para a zona.

Quer-me parecer que todos nós temos razão ou ninguém terá razão, porque estamos a falar de coisas muito soltas. É fundamental fazer-se um estudo com alguma qualidade para aquele sítio.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

▲

“Nós estamos aqui perante um caso que não é fácil, isto porque é um caso que há 12 anos se anda a arrastar o que traduz ou sintetiza essa mesma dificuldade.

Quero lembrar aqui, que em 1994 a Câmara viabilizou o restauro do edifício da Pensão Barros. Portanto, a falar de há 12 anos a cuidar da viabilidade para restauro de edifício.

Daí para cá o processo tem-se arrastado com muitas intervenções, mas de facto não andou rigorosamente nada nestes 12 anos.

Nós quando chegámos agora à Câmara fomos confrontados com um processo para a instalação de um hotel. É um processo que o Eng.º Carlos Santos tem acompanhado e de alguma forma me tem sido também colocado.

Em termos de antecedentes, já aqui foram referidos, estão estes 12 anos de hesitações que têm acontecido aqui na Câmara em relação a este processo. E também a recomendação como já foi aqui referido e muito bem, que foi aqui aprovada pela Assembleia Municipal, para que aquele gaveto fosse integrado no Plano de Pormenor de Sá-Barrocas.

A questão é esta: nós temos que decidir em relação a este pedido que entrou na Câmara, da requalificação e da instalação de um hotel — e temos de dizer sim ou temos de dizer não. Só há estas duas respostas e temos de optar por uma delas.

O sim autorizarmos a requalificação da pretensão da Pensão Barros ou do hotel que lá se queira instalar tem uma vantagem. Que é a vantagem de melhorar a imagem estética daquele espaço. E tem um inconveniente; um inconveniente de amarrar e de comprometer o futuro e de

impedir um futuro alinhamento pelo menos nas próximas três, quatro décadas, o que não será positivo.

O dizer “não” ao processo também tem implicações. A primeira é a manutenção do estado degradante, do estado em que aquilo está. E porquê? Porque nós apesar de vivermos de uma maneira “desafogada” nas palavras do Dr. Carlos Candal, não temos meios, nem forma de adquirir todo aquele espaço que é da Pensão Barros, pelo simples facto de que ...se consultarem o cadastro da zona, toda a Pensão Barros está em espaço que reverterá para domínio público, isto é, não é possível aproveitar o que é o terreno onde está a Pensão Barros para termos mais uma paralisação. Portanto aquilo terá que ser adquirido por inteiro pelo município para poder ser demolido.

Assim como naturalmente estará aqui em causa a indemnização ao próprio particular face às viabilidades e às autorizações que já teve no passado.

Portanto há estas duas situações, quer o “sim” quero o “não”, que transportam este conjunto de dificuldades e problemas, para a questão. Da nossa parte nós não nos sentimos plenamente satisfeitos, nem com uma nem com outra, porque a primeira resolve-se em termos técnicos, mas prejudica-se em termos funcionais; na segunda a solução dá perenidade aquela situação que lá está e aquilo está degradante e perigoso.

E então qual é a solução para isto? Nós temos vindo a falar com diversos intervenientes directos e indirectos no processo, e aqui, as pessoas que vivem por ali, e os residentes têm manifestado muito interesse e muita participação nisto.

Neste sentido, queremos pegar no Plano de Pormenor de Sá-Barrocas e na recomendação aprovada por esta Assembleia e encontrar ali uma solução de consenso. E acreditamos que essa solução seja possível respeitando como é nosso dever aquele que é o desejo do órgão máximo do nosso município, a Assembleia.

Estamos a dialogar, estamos à procura, e pensamos na próxima semana dar mais uns passos nessa área e naturalmente como é nosso dever iremos manter a Assembleia Municipal informada no caso de haver alguma alteração àquilo que foi a recomendação que foi aqui aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal.

Foi importante a questão ter sido levantada aqui. Penso que ficámos mais ricos e mais informados. Eu pessoalmente fiquei mais informado em relação a alguns dos antecedentes do processo, assim como também tem sido importante a contribuição e o trabalho que os residentes e as pessoas envolvidas directa e indirectamente têm tido neste processo.”

Membros da Assembleia

Vogal Carlos Candal (PS)

“Gostaria só de perguntar ao Senhor Presidente, se tem noção de que a degradação exterior da Pensão Barros só subsiste enquanto a Câmara não decidir e enquanto a Câmara quiser. Há instrumentos legais para obrigar os proprietários pelo menos a pôr as vidraças no sítio e a pôr portas nos buracos que lá estão.

É muito fácil: é uma questão da Câmara decidir o que tiver que decidir e segundo, mandar executar.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Depois da fase de diálogo com todas as partes envolvidas, naturalmente se o diálogo se esgotar haverá outras formas. Enquanto não se esgotar iremos manter isto nesta base de entendimento e na procura da melhor solução.”

De seguida a Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, nos termos regimentais, a pedido do líder do Grupo Municipal do PS.

Retomados os trabalhos a Presidente da Mesa deu início ao Período de Antes da Ordem do Dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usaram da palavra os seguintes Vogais:

Membros da Assembleia

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de fazer um interpelação à Mesa, que tem a ver com a tentativa de inserção de um agendamento por parte do PCP na ordem de trabalhos desta Sessão da Assembleia, integração essa que não aconteceu por e passo a citar o texto: “não ter sido incluída documentação atinente, para distribuição aos senhores membros da Assembleia”.

Não nos parece certo a não inclusão do agendamento desta matéria pelas seguintes razões: em primeiro lugar, porque houve um precedente. O precedente estava aberto. Na última Sessão houve um agendamento de um ponto que não tinha nenhuma documentação atinente a fundamentar a discussão.

Por outro lado, não nos parece correcto a não inclusão do ponto por que não facilita de maneira nenhuma a discussão e a abertura ao diálogo dos pontos que todos nós vogais desta Assembleia pretendemos trazer à discussão, quer através das pessoas que representamos, quer através daqueles que vêm junto de nós colocar as questões mais variadas que interessam ao município.

Penso que a maneira mais correcta de aligeirar e dar cobertura ao agendamento e ao enriquecimento da própria discussão e do próprio diálogo nesta Assembleia seria o agendamento da sessão e a obrigatoriedade sim, da apresentação até dois dias úteis antes da reunião dessa sessão, aliás como está estipulado no próprio regimento e na própria lei pela qual o regimento se rege, ante a obrigatoriedade da entidade que agendou determinado ponto o fundamentar e fazer distribuir por todos os elementos da Assembleia essa mesma fundamentação. Por isso mesmo interpelo a Mesa, porque acho incorrecto o não agendamento do ponto que nós pretendemos fazer dentro dos cinco dias úteis previamente estabelecidos.”

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“No seguimento desta intervenção, também o PS tinha proposto o agendamento aditado de três temas de debate, a saber: habitação social; área metropolitana; e empresas municipais.

Três tópicos cujo debate tem uma justificação imanente; fala-se nisso, pretende-se discutir isso e toda a gente percebe o que é que está em causa. Não há que fundamentar e muito menos que lhe juntar documentação.

Mas enfim, a Mesa entendeu como entendeu e apresenta uma justificação minimamente aceitável que permite que continuemos os trabalhos sem tomar uma atitude drástica que não se justifica pelo que acabo de dizer.”

Presidente da Mesa

“A Mesa aproveita para esclarecer e para pedir a compreensão de todos os senhores membros da Assembleia, que exercem o direito e muito bem, de pedir o agendamento e propor o agendamento de pontos para a Ordem do Dia.

A Mesa gosta, aprecia, e incentiva os membros da Assembleia Municipal a fazerem exactamente uso dessa prerrogativa legal e regimental.

A Mesa também tem o entendimento que qualquer pedido de agendamento, por qualquer membro da Assembleia Municipal, tem regras. E uma das regras é não fazer a indicação do tema de forma crua e sintética como foi feita quer pelo deputado António Regala e quer pelo deputado Carlos Candal.

A Mesa entende que a acompanhar o pedido de agendamento e a indicação dos temas a debater e a inscrever na Ordem do Dia, deve haver uma exposição ainda que sumária, que fundamente a pertinência do pedido de agendamento.

Na reunião que tivemos, prévia a esta nossa sessão, ficou assente que os líderes dos grupos municipais se comprometeriam junto dos seus grupos municipais a dar conta que a Mesa receberia e agendaria no seu critério que é balizado pelo regimento e pela lei, de inscrever na ordem de trabalhos esses pedidos desde que fossem acompanhados de fundamentação ou de documentos (se os houver) relativamente ao assunto a inscrever.

Lembro, também, que não são dois os dias úteis que devem anteceder à entrega dos documentos, Estou a falar da fundamentação. A fundamentação deve acompanhar o pedido de agendamento, a distribuição é outra coisa. Os documentos podem ser, nos termos legais, ser distribuídos com dois dias úteis de antecedência, da data de início da reunião. Porém o artigo 15.º do nosso Regimento prevê que devam ser entregues com cinco dias de antecedência em relação à data em que serão discutidos e apreciados em plenário ou decorridos quinze dias quando se tratem de assuntos referenciados no regimento. Define também a legislação: «...a documentação deve ser enviada ao Presidente da Mesa com a antecedência de cinco dias sobre a data do início da sessão para que conste da respectiva Ordem do Dia.».

Mais. Se à Câmara não é concedida a prerrogativa de inscrever na Ordem do Dia da nossa Assembleia qualquer assunto para o qual não haja fundamentação, nem documentação, por maioria de razão nós não podemos eximir-nos a esta obrigação.

Por isso, não é uma questão de capricho, nem de rigor exacerbado na Mesa, é uma questão de cumprimento da Lei e de bom-senso.

A Mesa não tem dúvidas nenhuma de que todos os senhores deputados municipais, têm consciência da seriedade e da responsabilidade que lhe foi conferida pelos munícipes de Aveiro, quando os elegeram para os representar nesta Assembleia. E por isso, estou certa, de que nunca quereriam agendar um assunto que não fosse do interesse do município. Mas suponhamos que algum senhor deputado, por hipótese académica quisesse brincar com esta Assembleia, podia perfeitamente brincar, com as regras de absoluta abertura e sem qualquer baliza como agora estão a defender, quer o Sr. deputado Carlos Candal, quer o Sr. Deputado António Regala, que era por exemplo, o senhor deputado ter a ideia (que não é original) de pedir o agendamento da Assembleia Municipal do tema: “qual é o sexo dos anjos?”

Por isso senhores deputados é uma questão de bom-senso sobretudo de entendermos que temos regras e que essas regras são aplicáveis tanto à Câmara Municipal como a nós próprios.”

Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu pretendo perante esta Assembleia, manifestar o meu profundo desagrado, a minha mágoa, a minha tristeza, a minha revolta até, pelo pré-anunciado encerramento do SAP de Aveiro.

Os responsáveis que tomam esta atitude, parece-me, e quem sou eu para os julgar, não têm realmente sensibilidade para compreender quão valiosa é a Saúde, principalmente nas famílias com mais limitados recursos.

O SAP, e eu posso afirmá-lo porque conheço a realidade do SAP, é frequentado pela sua maior parte, indiscutivelmente (penso que ninguém contesta), pelas classes mais desfavorecidas, social e economicamente.

*O seu encerramento é uma machadada, é desonesto, é imoral!
Vamos ter um hospital, com a sua urgência muito mais entupida, onde as pessoas resolviam o seu problema de saúde, em cinco, dez, quinze, vinte minutos; e agora vão estar duas, três, quatro horas, sabe-se lá que tempo, para resolver a sua situação (por vezes até simples), no nosso hospital.
Encerrar o SAP, é quase – permitam-me a comparação, é quase como que tirar o pão e o leite, que são um bem essencial, às famílias esfomeadas.
É uma pena, é lamentável, e não há dúvida nenhuma, que isto não pode agradar a ninguém.
Eu gostaria de ouvir outras intervenções, se é que se justificam, relacionadas com o encerramento do SAP.
Não é correcto! A Junta da Nossa Senhora da Glória, - e o SAP não é só da Nossa Senhora da Glória, embora aqui esteja sediado; o SAP é de Aveiro, é das freguesias rurais, mas a verdade é esta: a Glória será com certeza a mais atingida e a mais prejudicada, ou não tenho ali a cem metros uma urbanização, com seis mil ou sete mil pessoas, e todos nós sabemos quem lá vive, e são pessoas limitadas nos seus recursos.
As pessoas que não têm limitados recursos, que vivem economicamente bem ou razoavelmente bem, sabemos bem, vão às clínicas e aos médicos privados.
Portanto, acho que devíamos todos tomar uma posição nesta Assembleia.
No que respeita ao Executivo da Junta de freguesia da Nossa Senhora da Glória, naturalmente vamos fazer aquilo que está ao nosso alcance: eventualmente convocar uma reunião extraordinária da Assembleia para tomarmos uma atitude, ouvirmos as pessoas, faremos tudo o que estiver ao nosso alcance.
Temos poucas esperanças, porque sabemos que quem manda, determina e acabou, e não se dialoga.
Eu lamento aqui a atitude tomada pela Sub-delegação de Saúde ou pelo Ministério de Saúde.”*

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu é a primeira vez que estou a ouvir falar neste problema do SAP, e portanto não tenho informação em nenhum sentido.

Mas a Saúde em Aveiro preocupa-me e não é de hoje. Mas preocupa-me sobretudo a situação dos doentes do Hospital de Aveiro do foro psiquiátrico, que estão confinados em prisões, numa gaiola e foram postas grades nas janelas porque a condição desses doentes é de tal ordem, que já houve um suicídio e uma tentativa de suicídio. E depois à pala disso, hei-de falar de S. Bernardo, o Senhor Presidente conhece bem a problemática dos terrenos que eram do Asilo, mas não vou agora falar disso porque não tenho tempo. Mas é um problema muito complicado e grave o que se está a passar ali. Nomeadamente, se for verdade, que dolosamente, propositadamente, alguém queimou a documentação que lá estava arrecadada: livros de actas, livros de posse e outra documentação! Mas isso fica para outra altura.

Hoje muito sumariamente queria referir a presença do Vereador Dr. António Rocha Andrade que está aqui. Fez dois mandatos na Assembleia Municipal, é docente universitário, é uma figura notável da geração de sessenta; é uma pessoa disponível e colaborante, discreta, humilde e não é exibicionista. É realmente uma grande figura de Aveiro a quem eu baixo a cabeça neste momento circunstancial da sua presença aqui na qualidade de Vereador.

Bem, depois muito sumariamente dizer da minha angústia, da minha e de todos nós, pela situação em Timor. É muito grave e muito preocupante e não sei dizer mais nada.

Gostaria ainda de referir a nossa boa figura no campeonato do mundo de futebol e o bom papel que o Presidente da República actual, Prof. Aníbal Cavaco Silva, tem desenvolvido — tem estado a bom nível. Não quero dizer com isto que entenda que ele constitui o principal apoio do

governo de José Sócrates, não digo, porque se calhar abria-se polémica e a coligação ficava mal disposta, mas lá que penso penso.

Para terminar, uma intervenção decisiva na vida nacional. Por uma iniciativa do deputado líder do grupo parlamentar do PSD, Marques Guedes, logo sufragada também pelo líder Marques Mendes, que é a criação do Dia Nacional do Cão!? É evidente que é polémico. E logo foi polémico: Dia Nacional do Cão e porquê também não do Gato? E há pessoas no meu grupo que queriam que fosse agendado supletivamente o tema, não nesta perspectiva nacional, mas não foi porque podia prestar-se à noção de que havia alguma gozação — era o Dia Municipal do Cão! Porque Dia Nacional, é uma coisa de alto nível, é uma ideia brilhante, não lembra a toda a gente “Dia nacional do Cão”. E depois Dia Nacional do Gato; e depois Dia Nacional do Cavalo. E aqui punha-se um problema: todos os cavalos? Ou só o lusitano? E se do cavalo porque não dos burros? Porque há muitos; às vezes não se nota.

No entanto queria dizer ao grupo do PSD que nós do PS não obstaculizaremos se houver uma proposta vossa da criação do Dia Municipal do Cão. Podem avançar com isso. Se bem que depois há problemas: deve ser Dia Municipal do Cão ou Dia do Cão Municipal? Ou Dia do Município do Cão? Ou Dia do Cão do Município? Bem isto dá pano para mangas, mas agente há-de se acertar, porque lá que foi uma grande iniciativa do Dr. Marques Guedes e do Dr. Marques Mendes foi. E fica assim de soslaio, feito o elogio dessa largueza de vista.”

Vogal Arsélio Martins (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Dois problemas. Um deles é solidarizar-me com as pessoas e com os Partidos, e com o Presidente da minha Junta de Freguesia, que levantou o problema. A ser verdade e a ser muito rapidamente realizado o problema do fecho do SAP, acho que se deve mesmo tomar medidas em relação a isso. Medidas e tomar posições políticas em relação a uma questão que é muito importante para as pessoas de Aveiro, principalmente para as que têm mais poucos recursos.

Mas eu de facto queria era falar sobre o desporto. Não do ponto de vista dos nossos feitos históricos e gloriosos da selecção, mas do ponto de vista do desporto e das responsabilidades que têm as câmaras e têm de um modo geral o Estado, no que diz respeito a defender o desporto — e particularmente o desporto praticado, o desporto que as pessoas fazem e pediram-me que levantasse este problema.

Diz-se que tem havido um grande esforço de investimento para a prática do desporto, e particularmente investimento público. A maior parte do investimento é público e depois uma boa parte do que vem a seguir pode ser privado; mas há muito investimento publico.

O investimento público que é feito de várias maneiras. E uma das maneiras é pela cobertura nacional de pavilhões nas escolas etc. e pela cobertura local também a nível de pavilhões, com a particularidade dos pavilhões serem feitos em condições de favorecerem a prática do desporto nas escolas, etc., mas não ser aberto ao público — excepção feita a alguns protocolos que já foram feitos com algumas escolas, mas que ainda não têm reflexos directos.

Há também a ideia de que se nós defendermos o desporto, - e não é só o exercício de ombros, nós defendemos o desporto praticado, há um problema muito complicado que é o desporto visto, que é um negócio de milhões, e portanto, exige actores e autores no terreno, para venderem particularmente publicidade.

Portanto, é um problema complicado. Quer dizer, onde nós temos o desporto vivido, passa a ser um negócio fabuloso o desporto visto, e por isso a maior parte das pessoas em vez de praticarem desporto, estão geralmente sentados, - como nós todos aqui estamos.

Portanto, uma boa parte hoje, se tivessem passado pelos cafés um bocadinho antes de vir para a Assembleia teriam visto que Aveiro estava sentado a olhar para as televisões.

Eu sou professor e além disso tenho um problema muito complicado para resolver também, é que tenho alunos e alguns dos alunos são atletas. Sou professor do 12.º ano e do 9.º ano, e o

que é verdade é que há subsídios até para a formação dos atletas nos diversos clubes, - e é umas das despesas que se têm que pagar, mas não há nenhum controle sobre a ligação entre a escola, entre o crescimento dos cidadãos e o que se está a passar nos clubes.

Eu tenho estudantes, meus alunos, que simplesmente abandonam a escola praticamente, - é uma forma de abandono encapotada: estão na escola de facto, mas estão noutra escola qualquer a maior parte das vezes e não têm rendimento.

Há semelhança de outras câmaras, nós estamos a propor que a nossa câmara leve muito a peito a possibilidade de fazer ligar de algum modo, o financiamento ou os protocolos com os clubes para a formação, com o rendimento escolar nas escolas. (primeira questão).

A segunda questão relativamente a isto é o problema de como é que são usados os espaços públicos, e particularmente os espaços ao ar livre. Em Aveiro há muitos espaços destes, mas há poucos por exemplo, com iluminação.

Portanto, quero dizer que muitas vezes, uma boa parte de grupos de cidadãos têm de pagar ou têm de alugar às escolas espaços iluminados, como por exemplo, os ginásios, etc. Como é que se faz? Já há algum espaço tímido nesse campo, nós propúnhamos que isso fosse mais estendido e pudesse ser mais trabalhado. Há também o problema das questões bizarras como por exemplo, o espaço sintético ali perto do centro cultural, que não tem nenhuma protecção e as bolas, - e o que lá for feito, navega por mares, que não deviam ser mares para bolas.

Mas as pessoas estão a pensar assim: - este tipo está aqui a levantar este problema por causa por causa destas pequenas bagatelas? Não, não é! É evidente que não é por causa das pequenas bagatelas. É por causa das grandes bagatelas!

E particularmente por causa de duas coisas que são fundamentais e que têm vindo na comunicação social e que hoje aqui vieram a ser levantadas por outras vias. Eu como município acho inaceitável, que uma sociedade desportiva, - qualquer que ela seja, propõe aqui uma forma de pagamento – é um determinado tipo de pagamento em géneros e que no dia seguinte, a câmara venha dizer que é uma hipótese (pagamento em géneros).

E eu quero dizer, - como município, que não concordo nada que as formas de pagamento possam ser propostas pelos credores. Nós temos problemas complicados para resolver, mas devemos ser nós a tomar a iniciativa.

A outra questão, é que estando eu em desacordo com a história do pagamento, é verdade que eu acho que se deve pagar as dividas e que isso deve ser negociado, mas não deve andar na praça pública e dizer coisas tipo: um diz, o outro diz; deve ser claro para toda a gente, e eu não estou a ver como é que é possível a câmara descalçar a bota muito rapidamente, de por um lado aceitar que se fale da organização da MOVEAVEIRO e que não tome decisões nem diga nada sobre as notícias que vêm sobre por exemplo o AVEIRO-BASKET!

Eu não acho nada normal, que não tendo a câmara capacidade para garantir desde já as suas competências no que diz respeito ao desporto praticado, para todos os cidadãos, esteja numa sociedade deste tipo e deixe de discutir, ao lado, problemas como o da MOVEAVEIRO com a ligeireza com que tem vindo a ser discutido na comunicação social.

E eu peço claramente à câmara, que intervenha nesse campo, porque penso que tem condições para o fazer, e que intervenha esclarecendo o mais possível essas posições.”

Vogal José Tavares Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Com esta minha intervenção pretendo manifestar em nome da autarquia e dos munícipes que represento, um voto de agradecimento pela visita realizada pelo executivo da câmara municipal de Aveiro no passado dia 29 de Maio.

Acredito que esta política de proximidade, e este cuidado da câmara em ouvir de viva voz as carências e as dificuldades, as dúvidas dos munícipes, é uma mais valia para todos e um passo muito importante na construção de uma política de verdadeira proximidade.

O outro assunto que gostaria de referir, prende-se com o enorme trabalho realizado e excelentes resultados obtidos pelos diversos escalões do Centro Desportivo de S. Bernardo, com especial relevo para a equipa de iniciados masculinos, que se sagraram este mês, nos dias dez e onze, vice-campeões nacionais.

De referir que o título de campeões só não foi alcançado por golvaragem. É altamente prestigiante e meritório referir que os atletas do S. Bernardo Pedro Marques recebeu os prémios individuais de melhor marcador e de melhor jogador, e Henrique Carlota o de melhor guarda-redes.

Também não nos podemos esquecer dos restantes escalões, referindo resultados obtidos pela equipa sénior: terceiro lugar no campeonato nacional e participação na taça de Portugal; a equipa de juvenis que terminou a época em terceiro lugar e os juniores que chegaram ao quinto lugar.

Consideramos pois, que tanto a nossa freguesia de S. Bernardo, como para todo o conselho de Aveiro, estes são resultados dignos de respeito.”

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de referir-me a duas situações; uma prende-se com a saúde, aliás o ponto que eu pretendia agendar.

Em primeiro lugar, começo por dizer que fui eleito para uma comissão concelhia de saúde por esta Assembleia, em representação dos utentes, e lamento profundamente que até hoje dia 30 de Junho de 2006, não tenha existido sequer qualquer reunião.

Acho que mais do que a comissão de saúde ser um mero espectador e colhedor da informação do que já se passou, seria também, não decisor, mas seria sim um consultor e representante das posições das entidades que lá estão representadas.

Portanto, deveria e deve ter, um papel muito mais actuante. Sinceramente esta participação na comissão de saúde está-me a desiludir profundamente, e não é coisa que não tenha sido dita logo aqui no início relativamente à inoperância das comissões, e à maneira como elas funcionam.

Ainda sobre a questão da saúde, temos a questão que já aqui foi referida por vários senhores vogais desta Assembleia, inicialmente até pelo Sr. Fernando Marques, - Presidente da Junta de Freguesia da Glória, que se refere ao encerramento do SAP.

É uma situação que refutamos de extremamente grave, porque de facto vai retirar uma possibilidade de cuidados primários de saúde, a grande parte da população.

Eu penso que não vou dar a informação errada ao senhor presidente, que há bocado pediu essa informação, mas penso que li hoje num jornal que foram acolhidos durante o ano de 2005 no SAP quarenta e oito mil e tal utentes.

Isto prende-se obviamente com a situação de que quem vai sofrer mais são as pessoas mais carenciadas, que vão ter mais dificuldades.

É obvio que o SAP serve a toda a gente, e toda a gente o utiliza, mas aqueles que têm alguns recursos económicos vão-se socorrer logicamente da medicina privada e das entidades privadas. Os outros se não têm alternativa e esta é que é a gravidade do encerramento do SAP, - é a não criação de uma alternativa ao seu funcionamento, porque não é o Hospital que é alternativa ao SAP, e outros não tendo alternativa das duas uma, terão às tantas que se endividarem para terem cuidados primários de saúde, o que é extremamente grave.

E depois é assim: endividam-se, se melhorarem com o trabalho ainda vão pagando as suas dividas, - até porque as pessoas com poucos recursos endividam-se e geralmente até são as mais honestas e pagam as suas dividas, mas se de facto não melhoram a dívida vai por aí a baixo.

Relativamente às unidades de saúde é outro assunto extremamente delicado com que nos estamos a atravessar. Além das carências que acontecem em alguns centros de saúde do nosso concelho, - nomeadamente Cacia, há aqui a situação flagrante de Esgueira.

E eu digo que é uma situação flagrante porque nós, no nosso partido, fizemos contactos directos com a população de Esgueira, e há um sentimento profundo da população de Esgueira das necessidades que perpassa por aquela freguesia da existência do novo centro de saúde, que aliás tem lá o terreno, tem lá o placar; não estou aqui a discutir se o sítio é bom ou não, porque já tomámos posição sobre isso e já demos a nossa opinião na anterior Assembleia Municipal, não é essa a questão, só que já houve a expectativa da criação do Centro de Saúde de Esgueira. O que existe de facto é mau. É obvio que tem havido a preocupação da autarquia juntamente com o responsável da saúde de Aveiro, no sentido de minimizar as deficiências que o próprio centro de saúde tem, mas não é o suficiente. Nós continuamos a dizer que não é o suficiente.

E tanto é este o sentimento da população de Esgueira fundamentalmente, que resolvemos recorrer a um abaixo-assinado, que tem tido um acolhimento bastante interessante, e que o entregaremos na altura própria a quem de direito.

Há uma notícia boa no meio disto tudo dos centros de saúde, que é a construção do novo centro de saúde de S.ta Joana que pelos vistos foi anunciado agora e que poderá estar pronto no final do ano. Esperemos que o Ministério da Saúde ponha lá as maquinarias necessárias e suficientes, e o apetrecho com o pessoal necessário e suficiente, e não precarizado de meios humanos e meios técnicos.

Mas eu com isto tudo tenho um receio, - permitam-me que partilhe convosco este receio. É que com esta política que tem havido de encerramentos quase que permanentes de estabelecimentos de saúde, e grande parte deles que não têm (tem todos a sua lógica e a sua razão de ser), mas grande parte deles não têm grande lógica e não têm razão de ser, e a única razão de ser é a razão de ser do dinheiro, eu estou com muito receio, que com esta política, fique prejudicado o centro de saúde de Esgueira com a abertura do centro de saúde de S.ta Joana, e às tantas ainda vão é fechar o centro de saúde Esgueira que existe nesta altura, e por os utentes do centro de saúde de Esgueira para o centro de saúde de S.ta Joana, quando toda a gente sabe que a população de Esgueira é muito superior à de S.ta Joana.

A terminar gostava só de dizer relativamente ao hospital, que de facto hoje tive uma boa nova ótima que foi a abertura das urgências, embora com pouco mais do que um quarto do pessoal, no entanto pede-se que o hospital seja central e nós sabemos que neste momento fala-se em encerramentos de serviços e sabemos que o stock do hospital está baixíssimo, e sabemos por exemplo, que o internamento de cardiologia já fechou e em situações de alternativa, as pessoas são internadas na medicina.

Termino com a apresentação de uma moção, que a Mesa decidirá se põe à discussão ou não, que não tem nada a ver com saúde, que é uma questão que têm a ver com o velho Vale do Vouga, e eu gostava de explicitar mais este tema, mas a leitura da moção pela mesa tem os ditos considerandos e é justificativa da sua aparição nesta Assembleia.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de iniciar esta minha intervenção dizendo que não é com gosto que a vou fazer. É que já há algum tempo que me tenho vindo a furtar a ela, invocando uma longa série de razões, entre as quais não querer pessoalizar as questões políticas e, particularmente, alguma amizade que guardei de relacionamentos passados.

No entanto, o tempo, que muitas vezes traz a solução dos problemas, não conseguiu, neste caso sequer, minorá-los, e, pelo contrário, a situação vem-se progressivamente agravando e tenho sido instado por várias pessoas para o fazer.

E eu — que ao contrário de alguns, não gosto de tecer comentários pessoais, quando os visados não estão presentes, aproveito o facto de hoje estarmos todos aqui, para dizer o seguinte:

Neste executivo, alguns vereadores (felizmente não todos), no relacionamento com os autarcas do PS, continuamente procuram esconder na arrogância e pouca delicadeza das suas atitudes, a sua inabilidade para o exercício do cargo para o que os aveirenses o elegeram.

Problemas de idade dirão! Ou porque esta ainda não trouxe aos referidos vereadores a sabedoria e a calma que sempre traz, ou porque a vida lhes foi madrasta e, por antecipação, já lhe roubou a paciência e o discernimento, que como todos sabem, estes cargos exigem.

Com disse Senhora Presidente, é-me penoso falar desta problemática, mas a questão está a atingir limites insustentáveis, já que agora a inabilidade e a incapacidade para lidar com os problemas advenientes da gestão municipal, chegou aos serviços que, coitados, têm, como diz o nosso bom povo, de comer e calar.

Senhor Presidente da Câmara peço-lhe, que ponha mão nesse assunto, já que esta problemática de relacionamento vai rapidamente conduzir à destruição do que de melhor existe na organização por si liderada.

Nem tudo o que V. Exa. herdou (como se costuma dizer), é mau! A Câmara Municipal de Aveiro, tem um excelente corpo de funcionários que devidamente motivados conseguirão vencer todos os desafios que lhes forem colocados. Não é ignorando-os, ultrapassando-os, contornando as linhas de comando, desrespeitando as hierarquias, que se pode ou deve gerir a inteligência e a vontade de resolução dos problemas que existem em todos e cada um dos funcionários da Câmara Municipal de Aveiro. E se a orgânica, a estrutura, as funções, não estão de acordo com o ideário político do executivo, alterem-se. Existe toda a legitimidade para o fazer.

Agora não se faça o que se está a fazer; - não se destrua tudo aquilo que existe e muito custou a ser construído, por incapacidade ou simples ignorância. Lembre-se Senhor Presidente, que o mandato que lhe foi conferido, lhe traz obrigações fundamentais, entre as quais, cuidar dos activos que lhe foram transmitidos. E os recursos humanos, da Câmara Municipal de Aveiro, são, como em qualquer organização, o recurso mais importante, diria mesmo, o verdadeiro e único recurso, sem o qual todos os outros recursos nada valem. E Senhor Presidente, o senhor sabe que vai haver vida para além do seu mandato.

Senhora Presidente da Assembleia Municipal, é-me também penoso tecer algumas considerações à gestão de uma das empresas municipais, que de alguma forma espelha aquilo que infelizmente se vai passando no domínio empresarial municipal e que transmite para o exterior uma imagem que vem minando o orgulho dos aveirenses e, particularmente, todos os seus funcionários e colaboradores. Estou a falar da MOVEAVEIRO que, mais de um ano depois da sua criação, ainda não tem estrutura ou regulamento interno definidos e aprovados e na qual ainda não foi constituída qualquer acordo de empresa com os seus funcionários.

Bem sei que existem muitos escolhos na busca da sustentabilidade económico-financeira da empresa; escolhos desafiantes e motivadores que deveriam ser considerados como oportunidades de desenvolvimento de uma política de mobilidade que sirva os aveirenses e que sirva para potenciar e fomentar a centralidade de Aveiro.

Nada se faz, infelizmente! E não é só nos problemas financeiros, que se desvanecerão se for criada e aplicada uma adequada estratégia económica. Gere-se, (que digo eu?), age-se ao sabor da conjuntura, do curtíssimo prazo, delegando para as calendas gregas, quaisquer assomos de visão estratégica.

A empresa está em completa rotura financeira! As receitas, mormente as receitas de estacionamento tarifado estão muito abaixo do previsto! Há fornecedores que não recebem desde que a empresa foi criada! A empresa não tem crédito na maioria dos fornecedores com que trabalharam enquanto estavam nos serviços municipalizados! Não há dinheiro para o

gasóleo dos autocarros e, isto custa-me particularmente, muitos dos seus funcionários, duvidam receber os seus salários e os subsídios atempadamente.

Mas, mesmo que houvesse dinheiro, Senhor Presidente, sempre faltaria a estratégia e a liderança; e sem liderança e sem estratégia, não existe futuro.

Neste contexto, que faz com que muitos funcionários, (os mais responsáveis), sintam profundas angústias sobre o seu futuro, fomos confrontados com uma hipotética alienação de parte do capital social da empresa.

Mas, conforme chegou, assim se esfumou. Aconteceu-lhe o mesmo que aconteceu no Aveiro-Basket com a proposta de aquisição pelos “Castro-Brothers” e, certamente, a apresentação pública desse interesse, para os aveirenses o analisarem, e sobre ele ajuizarem, será feito logo que o “Ferry-boat” entre em funcionamento, ou tão proximamente quanto for construída a pista do Rio Novo do Príncipe, isto é, daqui a muito, muito, tempo.

E até lá, os funcionários da MOVEAVEIRO vão desesperar e com eles todos nós, que com eles sentimos a profunda necessidade para os aveirenses, para a centralidade de Aveiro, de uma adequada política de mobilidade.

E mais desesperante, quando ainda sabemos que ainda faltam mais de três anos para este executivo completar o seu mandato.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhora Presidente, não há melhor introdução para o tema que eu aqui procurava enquadrar, do que a oração que me antecedeu.

Eu quero lembrar, - e penso que a nossa memória não é curta, e a do senhor deputado que me antecedeu também não é, mas eu quero lembrar que já quando a MOVEAVEIRO foi constituída, e quero sublinhar que foi constituída sobre a égide do executivo anterior, estas peripécias já se adivinhavam, e já na altura os trabalhadores deram essa manifestação, e a trouxeram aqui a esta Assembleia com vivo protesto; - não queriam!

E a bancada do Partido Socialista, sabe muito bem o que é que presidiu à criação da MOVEAVEIRO, que era a situação deficitária dos serviços, e portanto, era o aligeirar da carga orçamental e das contas, e portanto, isso foi uma emanção do executivo que atirou a pedra, - que é o seu braço também, o senhor faz parte desse partido, e que agora vai esconder a mão.

Portanto, tudo o que o senhor referiu se calhar é certo, mas foi criado sobre a orientação, sobre a péssima governação do executivo que antecedeu o presente.

O tema que eu pensava aqui trazer, tinha relação estreita mesmo com isso. E é de aplauso e reacção contra aquilo que o seu partido também criou, e o senhor aqui aflorou também; porque se falou do Aveiro Basket. E sabem os senhores deputados quem foi o patrão, o criador dessa ideia? Tem um nome, tem um rosto, e se calhar responde por isso, é um homem sério e responde pelos actos que pratica: - Alberto Souto. Alberto Souto foi o patrono do Aveiro Basket, que esta câmara agora está com dificuldades, que todos sabemos que é uma empresa em condições de falência, que por ventura traz as responsabilidades a quem dela faz parte, porque as dívidas não se esgotam com a falência dela própria, e que só agora este executivo, vem acudindo-lhe, bem, encontrou um parceiro, - é de aplaudir, que tenciona aligeirar a coisa, e sob a iniciativa privada, pelo menos por aquilo que vem anunciado, porventura vai ter outro entendimento, se tiver, porque é difícil que isso venha a acontecer. Mas isto não é só aqui, até porque eu propunha-me falar de temas gerais; - e quando o senhor Dr. Candal há pouco a propósito do dia do cão e do gato, eu digo assim: - mas que dia!? Os dias são todos para se evocarem motivos nobres, eu penso mesmo que nos enobrecia a todos os cidadãos aveirenses, e até nacionais, por exemplo, que nos abrigasse a reflectir: - eu estava a pensar no dia do “boy” ou do “anti-boy”, por exemplo. É um dia importante, porque nos levaria a reflectir qual seria o regabofe disto tudo? E nós todos sabemos reflectir sobre isso, e então o que é que verificamos?

– Nós vemos hoje o poder central a dizer assim: - é preciso reestruturar a Administração Pública. (Toda a gente sabe que sim). Mas quando ao governo central se pergunta, quantos funcionários existem (?), o governo central nem sabe responder ao número de funcionários, e anda aqui a traz dos desgraçados a querer despedi-los, a querer coloca-los no quadro dos supranumerários.

E nós, devo dizer profundamente, ficamos muito indignados, por exemplo, quando é preciso colocar desempregados políticos sejam eles quem forem, não chegam um presidente e dois vice-presidentes, é preciso criar mais dois. E se nós verificarmos, - no sitio onde o Partido Socialista perdeu as eleições, nós verificamos que todos os desempregados políticos tem hoje emprego nesses lugares criados para serem ocupados.

Diga isso, reflecta e então temos o dia do “boy” ou do “anti-boy”, ou do “anti-despesismo” e ficará contente por reflectir isso. Hoje, para a banca e para o futuro, e terá certamente um contributo para que o nosso despesismo publico, não represente 64% do PIB, que um parceiro que vai agora entrar só gasta 42%. E os senhores da bancada do PS e o seu líder de bancada sabem perfeitamente quanto é que isso representa para o retrocesso do progresso para, o anti-progresso, - sabem que isso suscita mais impostos, que as empresas não podem produzir em termos de competitividade, portanto, tudo isso é um azar, e só isso explica, que nós tenhamos uma classe de novos políticos e velhos políticos, que se sustentam ao cabo de trinta anos, sem serem funcionários muitas vezes, sem serem eleitos, mantêm um ordenado garantido, durante trinta e tal anos de democracia, e o seu partido sabe muito bem que tem tido um contributo valiosíssimo nisso.

E se calhar, tudo isso que a bancada aqui falou, por quem me antecedeu, tem a ver com esse status quo, com esse tipo de espírito, que interessava banir por inteiro da nossa sociedade a bem do país.”

Vogal Rocha Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito brevemente gostaria de deixar aqui uma referência no Período de Antes da Ordem do Dia.

Em primeiro lugar, e porque gosto de homenagear sempre, e manifestar o interesse e a atenção que o Sr. Dr. Carlos Candal, e solidarizar-me também com ele, com a preocupação que o cão tenha de facto um dia, e que seja contemplado, - não ao nível nacional, porque isso supera-nos muito, é um problema que transcende um bocadinho a nossa dimensão aveirense, e eu proporia que efectivamente, fosse estabelecido o dia que referi-se o cão em Aveiro, que era o – “Dia da Ferradela do Cão”, em homenagem à grande gestão municipal do Partido Socialista nos últimos oito anos.

De seguida não queria deixar de referir aqui também a solidariedade e a minha preocupação também, com o assunto aqui referido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Glória, no tocante ao encerramento do SAP. Há de facto da parte dos responsáveis da saúde deste país, muita insensibilidade quanto à veleidade das nossas populações, e às grandes necessidades que elas têm e portanto, estamos claramente a fechar a possibilidade dos cuidados primários de saúde não serem e não poderem contemplar muita população portuguesa.

Queria também aqui deixar uma saudação e congratulação com a deliberação de S/ Exa. O Sr. Presidente da Republica, no seu roteiro de combate à exclusão, e portanto, que no dia 13, ele tenha contemplado Aveiro para essa passagem para registo exactamente dessa luta relativa a este assunto. Também julgo que seria e será uma boa oportunidade para o Sr. Dr. Carlos Candal manifestar o apreço pela amizade ao Sr. Presidente da Republica, porque quando o refere, sei que o pensa, e tem sido e está a ser um belíssimo Presidente da Republica no sentido de o conjugar com a governação socialista, do país.

Quanto ao Dr. Raúl Martins, eu sei que independentemente da génese das empresas que ele aqui referiu, e que o Dr. Nascimento também abordou este assunto, de facto elas vão todas direitinhas ao Dr. Alberto Souto.

Sei que a intervenção dele é preocupada, mas queria dizer aqui, que julgo e tenho a certeza que o próprio executivo e tudo o que tem saído, está exactamente com a preocupação e com a preocupação que o Sr. Dr. Raúl Martins aqui lembrou.”

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Em primeiro lugar eu queria solidarizar-me com o meu colega Fernando da Glória, com a notícia que veio hoje no jornal, - de fechar o SAP de Aveiro.

Realmente nós em Aveiro vamos ficar mais pobres em saúde. Se a saúde já era pobre, nós lamentamos que isto possa acontecer.

Eu penso que o SAP quando abriu foi para dar consultas rápidas, e para libertar mais o hospital nas urgências. Mas isto, eu penso que é muito mau neste país quando estas políticas se fazem, porque dá a ideia de que os pobres já não têm direito a estarem doentes. E isto é grave!

Mas eu sobre esta situação do SAP, eu se não fosse abusar, que fosse pedida uma intervenção ao Dr. Paulo Maia que deve estar dentro da situação, pelo menos para nos dar alguns esclarecimentos sobre o assunto.

Gostava ainda de fazer duas sugestões à câmara e uma pergunta.

E porque falamos nos pobres, eu pergunto, porque é que este ano não abrem as piscinas municipais? Porque não nos esqueçamos que as piscinas municipais, são um apoio constante às pessoas que não têm condições para ir para a praia, e para ir para piscinas particulares.

Em segundo lugar, gostaria de sugerir à Câmara, que nós temos neste momento o mercado Manuel Firmino fechado (não pode abrir porque sabemos mais ou menos o que se passa), os exteriores estão a deteriorar-se é um facto, mas nós temos ali duas valências que poderiam ser rentabilizadas, - uma até com receitas para a câmara: primeiro, devia poder abrir-se porque elas estão em condições, os contentores que estão cá fora e que não estão ao serviço; em segundo, outra coisa que nos faz admirar, é porque é que o parque de automóveis não está aberto? Portanto, penso que isto seria uma mais valia de rentabilização para a Câmara.”

Vogal Álea Gilda (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Com esta minha intervenção, pretendo dar voz e reavivar um problema já trazido a esta Assembleia, mas para o qual até à data não se vislumbra qualquer solução. Trata-se da problemática situação que se vive na zona residencial das glicínias.

Esta situação é incomportável particularmente para todos os residentes, com tendência a piorar na medida em que há diversas construções no mesmo local já em fase de acabamentos, mas também para todos os que ali se dirigem, visto que se trata de um ponto de atracção da cidade, pelas lojas e espaços comerciais que comportam.

Como facilmente se pode constatar, é um péssimo cartão de visita para todos os que ali se deslocam.

Como será do conhecimento de todos, mas não será de mais reforçar, a situação caótica gerada nesta zona prende-se fundamentalmente com duas questões: em primeiro lugar, a bomba de gasolina que entope totalmente a circulação no único ponto de acesso a moradores e a armazéns de grande superfície; por outro lado, o constante incumprimento das regras de trânsito que proíbem o estacionamento na rua em questão.

Para além destes factos e acima de tudo, gostava de salientar e ressaltar, as questões de segurança graves que não podem ser descuradas; - na eminência de um acidente que o

justifique, será impossível a passagem de um veículo de emergência ou de bombeiros, com a celeridade desejada nestes casos.

Isto, como é evidente poderá colocar em risco várias vidas e bens.

Assim, a questão que coloco, é no sentido de indagar se estão em curso diligências com o intuito de tentar solucionar este problema.

Gostava de terminar, dizendo que tenho a certeza que o nosso executivo será sensível a mais este apelo. De certo tentará reunir e consertar esforços que conduzam à resolução desta situação insustentável.”

Vogal Firmino Marques Ferreira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu gostaria de abordar aqui uma situação que alguns colegas já aqui falaram e está ligada aos desportos, para dizer que a influente pratica desportiva, nomeadamente em escalões mais baixos é sempre gratificante que os façam e nesse aspecto o Aveiro CUP tem neste momento muita gente envolvida na pratica desportiva, em escalões mais jovens, e utilizando um pouco os recursos que existem no concelho.

Nessa perspectiva, queria também congratular-me pelo facto de estarem a utilizar o campo da Gândara o que prova que a Junta de Oliveirinha tem feito um grande esforço no sentido de ter aquelas instalações aptas a todo o tipo de competições.

Mas se aqui falamos de futebol, outras modalidades certamente requerem outro reparo, nomeadamente os circuitos de manutenção da cidade, nomeadamente o do Parque D. Pedro V; está em mau estado de conservação, há sinalização deficiente, e hoje em dia, cada vez mais as pessoas o utilizam para correr e para fazerem esse tipo de circuito.

Portanto, é preciso realmente dar uma vista de olhos em todo o circuito.

Depois acho que podia ser feito também algo do tipo “Ginástica para todos”, pelas freguesias; não é preciso envolver muita gente, bastariam dois ou três professores, um dia por semana em cada freguesia aproveitando as instalações desportivas que existem; hoje é fundamental que as pessoas se mexam, precisamente para evitarem algum tipo de problemas de saúde. E a saúde em termos de concelho, pelos visto cada vez é pior, e portanto há que arranjar alternativas para que tenhamos uma melhor saúde.

Queria também falar sobre uma situação com a qual nos têm abordado na junta que é o pagamento das taxas de saneamento. Portanto, tem sido de alguns meses para cá, imputados aos cidadãos taxas nas suas facturas de saneamento sem que os mesmos o tenham em funcionamento. Portanto, tem sido frequente esse tipo de pedidos, de reparos, nessa área e nós gostaríamos de saber se realmente depois os cidadãos serão compensados em facturas posteriores do período em que andaram a pagar sem ter esse serviço?

Por ultimo uma constatação, que tem a ver com o facto de passeios pela cidade, por tudo e por nada, - hoje em dia são destruídos, para colocar qualquer sinalização, qualquer anuncio de eventos, o que quer que seja, retiram-se as pedras e depois a seguir não se colocam as pedras e coloca-se cimento. E com uma agravante, é que se estão a destruir motivos que são interessantíssimos e que nunca mais serão reconstituídos porque lhe colocam cimento em cima. Simplesmente isso.”

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente da Câmara, o Plano de Urbanização de Aveiro foi colocado a discussão pública, no ano transacto pelo anterior executivo, de uma forma atabalhoada não cumprindo nomeadamente, prazos previstos na lei.

Os cidadãos que solicitaram esclarecimentos sobre este plano, não obtiveram qualquer resposta.

Senhor Presidente, solicitava-lhe que se dignasse, se lhe for possível neste momento, fazer-nos um ponto de situação, do Plano de Urbanização. Solicitava-lhe também, que pudesse admitir para uma próxima comunicação a esta Assembleia, uma síntese de todos os planos eficazes, e dos que se encontram em tramitação. Este ponto de situação não terá obrigatoriamente que ser exaustivo.

Uma outra questão prende-se com o Regulamento de Taxas, Tarifas da Câmara Municipal de Aveiro, em que há aqui uma situação que penso que não dignifica o município, que tem a ver com uma comunicação de pagamento a um comerciante, e creio que a comunicação será uma bitola para vários comerciantes, que diz em determinada altura, e em nota de rodapé, que se encontra a pagamento de “tantos dos tantos”, “com agravamento para o dobro, nos dez dias seguintes à data limite”.

Quer dizer, isto parece indigno! A câmara que é devedora de tanto dinheiro e a tanta gente, ter uma cláusula que obriga a um pagamento que não se processe nos dez dias seguintes, a duplicar o valor que está em questão!”

Vogal Teresa Fidélis (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: c

“Gostaria de abordar muito brevemente 5 assuntos:

1. Nas últimas semanas tem estado em discussão pública o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território cujo objectivo é proporcionar o grande quadro de referência da futura gestão do território nacional.

Na proximidade de Aveiro, decorreram duas sessões oficiais de apresentação e debate do PNPT, uma na CCDRC do Norte, no Porto a 25 de Maio, e outra na CCDRC do Centro, em Coimbra a 22 de Junho, onde tive a honra de fazer uma breve intervenção sobre o conteúdo do programa, os desafios mas também as suas fragilidades.

Numa época onde a competitividade entre regiões e municípios (na atracção de investimentos qualificadores, por exemplo) é cada vez mais premente, a presença e o acompanhamento atento, destas temáticas por parte da governação local reveste-se de particular importância. (aconselho-vos a ver o site www.territoriportugal.pt)

Por este motivo não posso deixar de manifestar a minha tristeza e preocupação, pelo facto de não ter ouvido, a par de outros presidentes de Câmara ou vereadores deste executivo camarário intervir, nem tão pouco, ter visto alguém deste executivo presente nestes eventos.

Seria interessante que, para compensar a ausência, e tal como tem vindo a acontecer noutras Assembleias Municipais, a Câmara tivesse proposto a inclusão do debate do PNPT nesta ordem de trabalhos.

2. Menos preocupante mas não menos entristecedor, foi a impossibilidade de pelo menos um dos membros do executivo ter participado no Debate sobre o PROT do Cento, promovido ontem pelo Gabinete de Estudos do PS em Aveiro, e ter beneficiado da oportunidade de ouvir as abordagens apresentadas pelo o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, Prof. Doutor João Ferrão e o Prof. Doutor Rosa Pires. (mas agradeço a atenciosa resposta de agradecimento ao meu convite para estarem presentes).

No debate foi abordada a forma como um município se deve posicionar para debater um PROT. E um dos aspectos que vale a pena salientar é a necessidade de se criarem sub-unidades de conjuntos de municípios com afinidades porforma a salvaguardarem a tradução dos seus interesses de desenvolvimento no contexto da região centro. É importante que Aveiro reflecta e se organize neste sentido...

3. Um outro assunto, reporta-se ao Plano Integrado da Ria de Aveiro, cujo comentário ao conteúdo deixarei para outra oportunidade.

Este plano foi recentemente apresentado em sessão pública no Centro Cultural e de Congressos no dia 22 de Junho. Na sessão de apresentação foi recomendado pelo actual presidente da

Associação de Municípios da Ria que o documento fosse debatido pelas Assembleias Municipais dos 11 municípios preferencialmente na sessão ordinária de Junho, esta, portanto. Dada a presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Aveiro nesta sessão, estranho, que uma vez que ainda haveria tempo para juntar à ordem de trabalhos prevista, e lamento que não tenha sido trazido aqui. Dada a potencial relevância deste plano para a valorização da Ria de Aveiro, proponho que se promova, em tempo e data conveniente, uma sessão extraordinária para apreciar este assunto.

4. Têm vindo a ser adoptados por diversas Câmaras Municipais regulamentos que disciplinem a ocupação da via pública entendendo-se esta como todos os espaços públicos ou afectos ao domínio público municipal, nomeadamente, ruas, passeios, praças, pontes, jardins, lagos, fontes, etc. Se percorrermos diversos locais por esse Portugal fora é possível observar situações por vezes caóticas no que respeita a mobiliário sazonal ou temporário como a colocação de floreiras, palas, tapetes, caixas de ar condicionado, expositores, brinquedos electrónico, guardas ventos, toldos, esplanadas, os materiais usados e o seu enquadramento na envolvente, etc. Infelizmente, Aveiro não é excepção nesta matéria e não pode continuar sem regras nesse domínio sob pena de continuarmos a permitir a desqualificação do nosso espaço público municipal. Tanto quanto me foi possível averiguar, não existe em Aveiro regulamentação sobre isto. Assim, gostaria de inquirir o Sr. Presidente sobre que entendimento tem esta Câmara sobre a adopção em Aveiro um "Regulamento de ocupação da via pública e do mobiliário urbano" (como por exemplo, o de Loures: <http://www.cm-loures.pt/doc/da131003-15.pdf> que está particularmente bem feito) que regulamente as condições de ocupação e utilização privativa de espaços públicos ou afectos ao domínio público municipal. Como se trata de uma matéria a aprovar pela AM sob proposta da CM, deixo a proposta ao executivo para trazer em breve um regulamento para apreciação nesta assembleia.

5. Em 2009 fará 200 anos que nasceram dois ilustres Aveirenses – Manuel José Mendes Leite (18 Maio de 1809) e José Estêvão (26 de Dezembro de 1809). Mendes Leite (ilustre deputado e com uma intervenção determinante na abolição da pena de morte) e José Estêvão (ilustre estadista amplamente conhecido). Numa altura em tanto se tem falado sobre o peso político de Aveiro, gostaria de perguntar à Câmara se está a preparar alguma coisa neste sentido e, dado o relevo destas duas personalidades e a sua dimensão de nível verdadeiramente nacional, propor a esta assembleia a criação de um Comissão Pluralista com a responsabilidade de, com o apoio da Câmara, programar um conjunto de eventos para comemorar a sua obra e, onde, por exemplo, se aproveite para debater a afirmação de Aveiro e os desafios que se colocam aos aveirenses de hoje.”

Vogal Orlando Terra Seca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Queria começar por felicitar o Dr. Nascimento pela sua intervenção, e quando o ouvi falar estava convencido que estava a falar das empresas municipais: - “arranjaram de colocar os boy’s e as girl’s...” estava convencidíssimo que eram as empresas municipais.

Efectivamente o Partido Socialista tem os seus gestores, tem os seus homens de confiança, que os desemprega de profissões muito rendosas para meter no governo.

O PSD local e nacional faz uma coisa muito melhor: - diminuiu o desemprego!

Quanto à ferradela do cão, eu quero dizer ao meu companheiro do PSD que efectivamente o Partido Socialista ferrou o cão a muita gente. Agora eu olho para os papéizinhos, e a ferradela, - que já não é ferradela, isto está a tomar umas proporções, que qualquer dia vai tudo preso e nós temos de fugir também e pedir asilo político.

Passo agora ao assunto da minha intervenção, e dirijo-me ao Senhor Presidente da Câmara com todo o respeito e consideração que ele me merece; muitas vezes, Senhor Presidente, a bancada que o apoia é infeliz; é como é infeliz, nós temos de os confortar.

Num tempo que não posso precisar a câmara ou a entidade por si autorizada ou mandatada, levantou um passeio, em parte ou na totalidade na rua D. José I na Vera Cruz. Acontece que ao colocar o passeio em determinado ponto, em vez de fazer o passeio inclinado para a rua, fizeram o passeio inclinado para dentro, - para o prédio.

Ora acontece que esse prédio, que é o número 8, tem uma cave em que há mobílias, e algum mobiliário de lazer, e portanto, as águas causam enormíssimos prejuízos.

Em tempo oportuno, o administrador do condomínio escreveu para aqui uma carta a alertar para a situação. O senhor presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz, - o Sr. João Barbosa, foi alertado para a situação miserável que se vive naquele prédio. Aliás quando chove, é necessário colocar uma tábua para atravessar o passeio.

Eu próprio numa reunião de câmara aberta ao público na Freguesia da Vera Cruz, alertei o senhor Presidente para o assunto e só não pude esperar pela resposta porque tinha um compromisso. Portanto, Senhor Presidente, eu apelava é que efectivamente mandasse lá técnicos verificar o assunto, e se for preciso darei o meu contacto para lá estar presente para explicar a situação.

Gostaria que o assunto fosse resolvido, e sei que existem muitas dificuldades financeiras, mas creio que é uma coisa simples e que beneficiava aquelas famílias porque está a causar prejuízos imensos.”

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Aproveitando o tempo para tratar questões relativas ao Período de Antes da Ordem do Dia, queríamos levar ao conhecimento do executivo camarário, desde logo um facto actual que diz respeito à inauguração do serviço de urgências que foi um assunto que motivou a minha intervenção em sessões anteriores, e portanto penso desde já que Aveiro está de parabéns, porque tem um serviço de urgências ao nível, - pelo menos, desejável, para a dimensão e o estatuto da sua cidade. Portanto, é o primeiro facto que gostaríamos de referenciar.

Os assuntos que em nossa opinião merecem destaque nesta nossa intervenção, e aproveitando as palavras do senhor presidente João Barbosa, eu tenho pacientemente ouvido as suas intervenções anteriores, mas hoje não deixei de ouvir aqui uma frase que há pouco referiu relativamente aos pobres e sobre as piscinas.

Sabe, e na minha opinião os pobres não precisam de ir a banhos, o que eles precisam é de pão, de um leito e de um tecto. E por precisarem de um tecto, e é disso que eu queria aqui falar, de uma questão que é essencial para este município que é a habitação social.

Não obstante o mediatismo que este assunto possa merecer para a imprensa, ou sequer pelo tratamento pela sociedade civil, a verdade é que enquanto deputado municipal, parece-me que esta é uma temática que deve merecer a atenção e a reflexão e o despertar das consciências deste executivo, porque isto não é uma mera quimera socialista, soviética ou bolchevique, isto é uma necessidade básica da população.

Portanto, isto não é um feudo que possa ser reclamado por hostes e enganos socialistas. E quando falamos na habitação social em Aveiro, temos sempre que atender, quer se queira quer não, e sem qualquer pejo, que a obra social e a habitação social foi feita sob a égide do mandato do Dr. Girão Pereira; para desespero de uns e inveja de outros. Portanto, “in illo tempore” podíamos dizer que Aveiro assistiu à edificação de importantes obras, que marcaram o desenvolvimento social em Aveiro. Mas há medida que o tempo passou, e falámos aqui no mandato que precedeu o actual, no qual esta política ficou um pouco há margem das considerações e da atenção camarária.

É com imensa pena que Alberto Souto, actual vice-presidente da ANACOM, não se encontre aqui para nos esclarecer acerca desta matéria - mas vamos tentar fazê-lo porque a verdade é

continuar um drama que está a ser vivido por muitos munícipes aveirenses que carecem da mínima qualidade de vida, com a devida atribuição de uma habitação social.

Ao longo do tempo verificamos isso, e nos anos que antecederam estes, verificámos que a câmara se limitou apenas a inventariar e a recensear carências habitacionais, sem nunca ter executado na totalidade o que havia planeado em termos de edificação de obras habitacionais sociais.

E neste sentido o que é que fica como herança? – Trinta situações de emergência social; duzentas situações de carência habitacional, e perante este grave cenário, cumpre-nos hoje e perante este colégio reclamar do Senhor Presidente da Câmara, bem como da pessoa o Dr. Capão Filipe, - vereador responsável pelo pelouro nesta matéria, que cuidem dos interesses e das expectativas daqueles que necessitam de viver com dignidade, e cumprindo assim as atribuições municipais e a promoção de um imperativo constitucional da habitação social.

A segunda temática que nos merece referência, é também a questão da restituição do convento das carmelitas à igreja católica. E permitam-nos aqui uma palavra de regozijo e louvor, perante um acto que há algum tempo foi marcado pela injustiça.

Se nos lembrarmos do tempo estéril e entorpecido que esta nação viveu no tempo da primeira república, - e falamos aqui de um tempo que era marcado pela instabilidade governativa, de descalabro económico, moral e subversivo, e da insana extinção das ordens religiosas que culminou pela apropriação pelo estado de um vasto conjunto patrimonial pertencente à igreja católica: - falamos dos conventos e das igrejas.

Portanto, infelizmente o Convento das Carmelitas constituiu um exemplo, por não ter escapado a intencional liderança por Gustavo Ferreira Pintos Bastos que não conseguiu convencer o governo de então a entregar à câmara a propriedade do edifício, para que esta pudesse avançar com um projecto da altura que implicava a demolição de parte do convento e da respectiva igreja para abrir a actual Praça Marquês de Pombal.

A verdade é esta: a intenção de devolver o Convento à igreja constituiu em nossa opinião, e salvo melhor entendimento, um dever de justiça e um imperativo histórico, que o município de Aveiro tem de cumprir perante a igreja católica. Ademais hoje porque se fala muito num estado laico e de liberdade religiosa, - é curioso, perguntarmos, porque é que o estado insiste em manter propriedade com características religiosas? – e nomeadamente as igrejas são disso um exemplo.

Portanto, tendo em conta estas considerações, rogamos a V/Exa que atente a este facto, e que seja possibilitada de facto a restituição do referido imóvel religioso.

Por último tentando ser breve, uma palavra final para demonstrar a nossa indignação e igualmente preocupação, que devem merecer a atenção deste colégio, relativamente a uma actualidade que respeita ao corte do pagamento dos subsídios a crianças com necessidades especiais.

Como é do conhecimento público, desde Abril passado que a segurança social deixou de subsidiar este apoio. O que se passa é que a segurança social, pura e simplesmente indeferiu a atribuição deste subsídio à maioria dos processos que tinham dado entrada, com vista à atribuição desse mesmo apoio. Ora isto, obviamente que acarretará um grave sofrimento para estas famílias que carecem do ponto de vista económico, bem como para a saúde e assistência das próprias crianças.

Portanto, neste sentido, aquilo que gostaríamos de frisar, é que caso estes subsídios não sejam atribuídos, obviamente que os custos relacionados com a educação e com as necessidades especiais dessas crianças, têm que ser suportados directamente pelas famílias. E é lamentável que tenhamos de assistir, hoje, perante um governo democrático dito socialista, que se cometam este tipo de discriminação, sem curar das expectativas e pelo menos das causas verdadeiramente sociais.

Portanto, aquilo que queremos é chamar à atenção do executivo para este drama social, tentando uma consciencialização deste problema, enveredando os seus maiores esforços na medida e no limite das suas competências é certo, porque sabemos que isto não é uma atribuição directa da câmara, mas que prestem obviamente o acompanhamento e o apoio, às famílias afectadas pelo corte súbito e injustificável destes apoios estaduais. Tudo isto vem a respeito dos compromissos estaduais e com vista à árdua tarefa de restaurar a dignidade do município de Aveiro.”

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP)

Vogal Maria Romana Fragateiro (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer o Senhor Deputado António Regala e todos os presentes, que ontem ficou deliberado na Assembleia de Freguesia de Esgueira o envio de uma moção sobre a urgência da construção do centro de saúde em Esgueira, a ser enviada para a RS de Coimbra, para o Ministério da Saúde, com conhecimento à Sub-região de Saúde e à câmara municipal, assinado por todos os membros da Assembleia de Freguesia.

Em segundo lugar, gostaria de apresentar aqui um voto de louvor ao Clube Povo de Esgueira, pelo brilhante segundo lugar que alcançou no campeonato nacional de basquetebol da Proliga época 2005/2006. Louvor este, extensivo às equipas de iniciados femininos e masculinos que brilhantemente se sagraram campeões distritais. Aos técnicos, seccionistas e restantes colaboradores, os meus parabéns.

Também gostaria de prestar um esclarecimento, ao senhor deputado que falou acerca do corte nos apoios às crianças com necessidades educativas especiais, que se calhar era melhor inteirar-se bem acerca do assunto, porque infelizmente à conta dessas crianças com necessidades educativas especiais estão a enriquecer muitos gabinetes privados, muitas pessoas que no privado estão a receber grandes quantias.

Não é só retirar o subsídio à família; essas crianças podem estar integradas nas escolas, e muitas vezes são expedidos relatórios a dizer que as escolas não têm lugar para essas crianças precisamente para elas serem enviadas para esses gabinetes privados, e é a Segurança Social que paga a esses gabinetes particulares.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Em primeiro lugar uma nota prévia, relativamente à intervenção do Deputado Firmino Marques sobre as placas, porque eu já na sessão de Abril estava até para mencionar isso, mas achei (não interessa se tem ou não tem dignidade), e o que é certo que as placas foram lá ficando e entendo que agora talvez seja o momento oportuno, para inquirir a câmara sobre as placas, que creio serem da responsabilidade dos Lions, que continuam na cidade há uns quatro ou cinco meses; inicialmente pensei que fossem para apresentação de um qualquer evento mas que é certo, é que já estão há algum tempo na cidade, - e se calhar há uma razão justificativa para isso.

Em segundo lugar, um assunto mais sério, e tem a ver com a intervenção do Presidente da Junta da Nossa Senhora da Glória, sobre o Serviço de Apoio Permanente.

Eu pessoalmente poderia até dizer, - como membro e militante do Partido Socialista, podia até abster-me de algum comentário sobre isso, mas não seria sério se assim o fizesse. O que é certo é que a verificar-se os pressupostos da intervenção do Senhor Presidente da Glória, parece-me a mim grave e altamente gravoso para a população de Aveiro que um serviço deste género, possa ser encerrado.

Só essa mera suposição fará para já e desde logo que eu seja solidário consigo e com todos os aveirenses, e esteja disposto a subscrever quer um abaixo-assinado promovido pela junta ou mesmo do Partido Comunista Português, sem qualquer problema.

Gostaria de dizer isto, porque entendo que furtarmo-nos, mesmo na política em que há posições partidárias, que devem ser respeitadas e provavelmente há sempre diferentes perspectivas, e nomeadamente nestes cargos em que somos representantes municipais, temos que ter a noção que representamos os aveirenses.

Não sei, e ai passando para outro ponto, sobre a MOVEAVEIRO concretamente se o Dr. Jorge Nascimento se lembra que ter-se-á absterido na votação da criação da MOVEAVEIRO? É que fez uma intervenção tão dura sobre a MOVEAVEIRO, admito que seja essa sua posição, não percebo é o porquê da sua abstenção (?) e estava presente na votação da criação da empresa municipal, e nesse caso deveria em coerência ter votado contra.

Uma ultima nota para dizer ao Senhor Deputado Miguel Fernandes, que também eu fiquei satisfeito com a inauguração do serviço de urgências em Aveiro, e que aliás, não fora a sua intervenção iluminada e avalizada na outra Assembleia Municipal, e provavelmente nem teria sido inaugurada.”

Vogal Ana Maria Seica Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Começaria por saudar a presença do meu colega e amigo, Dr. Rocha Andrade, que me dá um enorme prazer vê-lo ali como vereador; eu como calouira da Assembleia e o senhor doutor com muito mais prática. Realmente a sua verticalidade e a sua maneira de ser constitui para mim, de facto, um prazer tê-lo aqui.

Devo dizer que fiquei surpreendida com a intervenção do meu colega de profissão e deputado nesta Assembleia Miguel Fernandes. Obviamente que não concordei com a maior parte das coisas mas a minha intervenção não é para lhe dizer grandes coisas.

Em relação ao que nós não entendemos ou que provavelmente quis dizer e saio-lhe de outra maneira, eu devo dizer que nem sequer as crianças, mesmo com muitas dificuldades económicas e com problemas mais graves do que têm hoje em dia, mesmo aí o Estado arranhou algumas instituições para os levar a tomarem banho nas próprias praias não eram nas piscinas; quer seja a FNAT, quer seja inclusivamente a colónia “O Século”. Com certeza não será do tempo do Sr. Deputado porque é muito novo e não se lembrará disso. Dai, que eu fique surpreendida como se possa dizer uma coisa dessas. É a minha opinião vale o que vale e cada um ficará na sua.

Eu queria era perguntar aqui ao meu presidente de câmara o seguinte: eu estou surpreendida com as notícias que vieram nos jornais, exactamente ao contrário daquilo que o meu colega acha, que acha bem e eu acho completamente errado - que é a devolução do Convento das Carmelitas à igreja! Não me move nenhum motivo anti-religioso, porque sou católica praticante e tenho nisso muito orgulho. O que me move é outro interesse. A devolução do Convento das Carmelitas?! A Igreja é autónoma. Aproveito par dizer que estou muito satisfeita por finalmente as portas estarem abertas, porque frequentemente e naquele sítio que frequento diariamente, éramos abordados pelas mais diversas pessoas que queriam ver a Igreja e que esta se encontrava fechada.

Sei que houve protestos por parte de alguns cidadãos e esses protestos tiveram uma resposta muito satisfeita para uma igreja bonita que deve ser visitada. Mas eu queria saber da parte do Senhor Presidente, se realmente há alguma negociação no sentido de ser devolvido à Igreja o Convento das Carmelitas, mais propriamente aquela parte que estava ocupada pela PSP e que neste momento não está? E eu pergunto porque tem a ver com aquela minha guerra sobre o Tribunal Tributário; pois se já houve visitas do Secretário de Estado a Aveiro, inclusivamente do Ministro, se o Senhor Presidente acompanhou algumas vezes em deslocações até com

engenheiros e as pessoas que estão mandatadas para tratarem das obras - eu gostaria de saber se a Câmara mantém a sua posição ou se há alterações; e se há alterações onde é que vamos colocar o Tribunal Tributário que tanto trabalho deu a trazer para Aveiro e que nos foi tirado, já sabemos por quem?"

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

"Gostaria de começar por cumprimentar o Sr. Dr. Rocha Andrade pela primeira vez que se encontra nesta Assembleia como vereador, pelo prazer que nos dá em estar aqui sentado e também por poder participar nos nossos trabalhos.

Gostaria de lembrar o momento que foi o Europeu Sub 21 que se realizou em Aveiro, pelo momento de convívio dos aveirenses e do encontro dos aveirenses com o seu estádio. Foi também um momento de divulgação de Aveiro, e mostrou-nos uma coisa: - mostrou-nos que os aveirenses vão ao estádio se tiverem motivos para tal. Cativemos nós os aveirenses e os de toda uma região alargada de Aveiro, e o estádio municipal pode ter vida.

Gostaria também neste período, de felicitar a Junta de Freguesia da Glória, pela iniciativa que vai levar a cabo no dia 4 de Julho, com a homenagem que vai fazer ao nosso saudoso Padre Arménio; e felicitar também a iniciativa de haver uma placa toponímica com o seu nome para preservar a sua memória. O Padre Arménio, uma figura que apesar de não ter nascido em Aveiro, é de Braga, mas considero-o um aveirense, exemplo para muitos de nós pelas diversas facetas que revelou, pela pessoa e também pelo facto de podermos dizer que foi um professor no sentido lato do termo, e por isso queria felicitar a Junta de Freguesia da Glória por esta iniciativa de lembrar pessoas que viveram entre nós e que serão exemplo para muitos de nós.

Uma ultima nota muito breve só em relação à MOVEAVEIRO, só para lembrar que muitas das criticas aqui feitas pela Partido Socialista acerca desta empresa, e acerca dos temores que têm sobre o futuro dessas empresas, estão na declaração de voto do PSD na altura em que este assunto foi aprovado nesta Assembleia, com os votos contra de muitos membros do PSD, apesar de alguns membros do PSD se terem absterido.

Na altura, reclamávamos nós "a falta de abrangência solidária dos serviços a todo o conselho, sobretudo às populações periféricas, e também as duvidas quanto à situação decorrente da criação da empresa". Isto contrastando com o optimismo do Partido Socialista que dizia na sua declaração de voto "que será uma empresa inovadora no universo nacional, ao articular transportes, circulação e estacionamento, numa rede de gestão integrada."

Gostaria muito que fosse assim, faço todo o meu esforço naquilo que for possível, para que realmente este desejo do Partido Socialista na altura, se possa concretizar. Infelizmente a realidade mostra-nos que não será bem assim para mal de todos nós."

Vogal Santos Costa (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

"Antes de mais, os meus cumprimentos e a minha satisfação ao Dr. Rocha Andrade, porque penso que é efectivamente uma mais valia que nós passamos a ter ali assim, na mesa da câmara municipal.

Depois também, porque não poderei deixar de o fazer, e só agora é que tive oportunidade, a propósito da "pilantrice" ainda da agenda, - eu curiosamente aqui a rebuscar uns papeis, acabei por encontrar uma agenda de 30 de Junho de 2003, precisamente igual à agenda de Junho de 2006. Eu fiquei preocupado porque não sei se isto é uma questão de memória, se é uma questão de incoerência (?).

Postas estas duas coisas, vou àquilo que penso que também tem alguma oportunidade. Fiquei preocupado com a notícia que vi hoje no jornal, e refiro-me concretamente ao Aterro Sanitário de Aveiro.

Todos sabemos que este aterro foi criado em 1995/1996, para a solução dos resíduos produzidos pelos dez municípios do Baixo Vouga. Todos sabemos que este aterro, tinha uma previsão de duração, de mais ou menos dez anos para a sua saturação, a receber os resíduos dos dez municípios. Todos sabemos que o município de Aveiro disponibilizou, se a memória não me falha, uma área de mais ou menos vinte hectares, para esse efeito, julgo que nem todos sabemos que a partir de determinada altura, o partido socialista, quando decidia a seu belo prazer, as questões da região de Aveiro, foram admitidos e autorizados mais quatro concelhos, nomeadamente, Arouca, Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira, também a depositar ali os seus resíduos. Mas todos sabemos que com os resíduos destes quatro concelhos, que significam quase 50%, ou quase tanto como o dos restantes, a saturação deste espaço, deste aterro, sofreu uma grande aceleração no tempo, trazendo de alguma forma custos sociais e outros antecipados, para os munícipes de Aveiro.

Hoje todos podemos ver no Diário de Aveiro, que a Associação da Bairrada, e a Associação de Águeda, num apelo e numa sugestão ao Ministério do Ambiente, pode haver uma medida extraordinária no sentido de permitir que o aterro sanitário de Aveiro receba os RIB's (resíduos industriais banais) das empresas, e mais diz, que esta medida deveria ser de carácter temporário, mas deveria vigorar até existirem outros aterros no distrito de Aveiro.

Pergunta-se (porque a questão é pertinente), quais foram as contrapartidas e provavelmente a Câmara não as saberá dar hoje, mas gostaria que o assunto fosse estudado, quais foram as contrapartidas que o município de Aveiro teve com a entrada dos resíduos destes novos concelhos no aterro sanitário de Aveiro. Quais foram as contrapartidas na altura quando foram negociadas?

Neste momento, quais são os concelhos que hoje levam para lá os seus resíduos? Porque tudo isto hoje, é liderado e gerido pela empresa ERSUC. E porque aquilo está mesmo a rebenatar pelas costuras, em que concelho vai ficar o aterro que irá dar continuidade ao de Aveiro?

Depois de alguma reflexão, Senhor Presidente da Câmara, da minha parte sobre esta matéria, e tendo em conta várias chamadas de atenção de alguns aveirenses preocupados com o referido aterro, decidi-me tentar uma visita ao local, e com alguma sorte, até fui bem sucedido. E o que ali vi, francamente, deixou-me por um lado, triste mas por outro satisfeito. Triste porque verifiquei que o aterro de Aveiro, já não pode continuar a ser solução, por muito tempo; talvez mais um ano! (ele está mesmo a rebenatar pelas costuras); satisfeito, porque pensava ir, por aquilo que me disseram encontrar inúmeras gaiotas, muitos resíduos descobertos e mau cheiro. Felizmente não foi isso que eu verifiquei. Levei uma máscara, mas não a cheguei a usar. Fiquei satisfeito e não posso deixar de o registar nesta Assembleia Municipal. E queria deixar os meus parabéns, primeiro à gerência da ERSUC, e depois a todos os seus trabalhadores que ali trabalham e que gerem a entrada de oitocentas toneladas de resíduos por dia. E apesar disso qualquer visitante que ali vá, não chega a aperceber-se desta realidade, porque nem à vista nem pelo cheiro, nada lhe pode fazer crer que se trata efectivamente de um aterro.

O meu bem-haja a eles e aqui deixava o desafio, à câmara municipal, para ver quais foram as contrapartidas, e se a ERSUC vier a aceitar e o Ministério do Ambiente a impor a entrada dos RIB's, pergunto-lhe se não será hora também, de reanalisar todo o processo de negociação, e fazer, - se não receberam na altura, fazer agora com que recebam as contra partidas que são necessárias."

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

Vogal Paulo Maia (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

D
“Na saúde como em muitos dos problemas da nossa sociedade portuguesa, temos hoje que ser intelectualmente honestos e rigorosos; temos que ser responsáveis, temos que ser socialmente justos e sensíveis; portanto, se alguém me perguntasse neste momento se eu concordo ou discordo em relação ao encerramento de um SAP qualquer, eu teria em consciência que responder: - “depende”! E isto é um ponto fundamental.

O que está aqui em jogo é uma reformulação da política de saúde dos cuidados primários. Como a Senhora Presidente sabe, porque foi um distinto membro do governo anterior, e eu fui um responsável pela saúde neste distrito; e a postura que tivemos, de alguma forma responsabiliza-nos hoje, porquê? – E eu passo a explicar: porque concretamente no concelho em que estamos, que é o nosso concelho, nós conseguimos fazer uma coisa que durante dez anos não fez, ou seja, conseguimos um novo acordo, para as unidades de saúde do nosso concelho, que estava velho e caduco de dez anos; - era de 1994. E conseguimos em 2004 um acordo que tão só incluía isto: - a edificação de um novo centro de saúde, impropriamente chamado de Centro de Saúde de Esgueira, porque aquilo que está previsto no acordo anterior, era um centro de saúde situado na freguesia de Esgueira, mas obviamente um centro de saúde que não vai servir só a freguesia de Esgueira; - era o centro de Saúde Aveiro 2.

Esse centro de saúde que no acordo inicial de 1994, previa custos a imputar à câmara municipal de Aveiro na ordem dos 40% e ao estado português na ordem dos 60%, de acordo com o acordo de 2004, nós revertíamos os dividendos dos fundos comunitários na ordem dos 70%, o estado, o ministério da saúde pagava 30%, e a câmara Municipal de Aveiro “limitava-se” a ceder o terreno. Aquilo que fizemos e que conseguimos com muito trabalho e com muita negociação, entre todas as partes, era e é extensível, porque o acordo está em vigor, está em Diário da República; há a Unidade de Saúde de Cacia e a Unidade de Saúde de S. Bernardo. A Unidade de Saúde de S.ta Joana, como sabem foi alvo de um processo completamente diversos e grande parte do investimento nessa extensão de saúde, é da responsabilidade desta autarquia. Prevíamos nessa altura, a estratégia de saúde que tínhamos para este concelho, enquadrava-se no todo distrital e para nós existiria um só SAP no concelho de Aveiro, que era aquele que existe já hoje no actual Centro de Saúde de Aveiro 1; o centro de Saúde Aveiro 2 situado na freguesia de Esgueira que não teria SAP. Mais, ao centro de saúde Aveiro 2 fiariam afectas, um conjunto de unidades de saúde, das freguesias do norte do concelho, e esse centro de saúde encarregar-se-ia da gestão, administração e organização dessas mesmas extensões de saúde.

Pois bem, não podemos, - e eu penso que ainda vamos a tempo, desperdiçar a oportunidade que temos, de mediante verbas que nos vêm da União Europeia, de perder a oportunidade, com falsos argumentos, - desculpem a minha abertura, ir agora reprogramar funcionalmente o centro de saúde Aveiro 2, ao fim de mais de doze anos de aspiração, acho que é um perfeito disparate. O centro de saúde situado em Esgueira, o seu local e selecção sempre foi polémico; em concertação entre a Sub-região de saúde e a câmara municipal de Aveiro na altura, ficou definido que o programa funcional do centro de saúde se enquadrava perfeitamente naquela área de implantação.

Mais, na cave do centro de saúde prevê-se um estacionamento para setenta veículos; o centro de saúde ia ter dois pisos, - um piso térreo e um primeiro andar. O piso térreo teria única e simplesmente actividade clínica, o primeiro andar seria a aérea de gestão e de administração. Mais, era um centro de saúde aberto à escola que é vizinha, e a nossa ideia era fazer um centro de saúde/escola, ou seja, aquilo que nós queríamos era que as crianças que frequentam as escolas ali à volta, desde o primeiro ciclo básico, ao segundo e terceiro ciclos que são agora ali adjacentes pudessem frequentar o centro de saúde, pudessem ter aulas no centro de saúde, e portanto, o fenómeno da saúde, como sabem hoje em dia a saúde não é um problema da classe médica ou dos profissionais da saúde, hoje a saúde é um problema de todos nós, todos nós

somos responsáveis pela saúde, somos responsáveis pela nossa própria saúde, e somos responsáveis pela saúde pública, porque hoje a saúde está muito cara.

E aquilo que nós não podemos esquecer é isto: - é que de facto a saúde está muito cara, os nossos meios são escassos, são limitados e só para termos uma ideia, está provado que nos dois três últimos anos da vida de cada um de nós, nós gastamos só ai 50% daquilo que gastamos durante uma vida inteira em saúde. E em segundo lugar, porque a tecnologia na área da saúde, os meios ao nosso dispor, cada vez são mais vastos, mas cada vez são mais caros.

Portanto, o problema da capacidade financeira para responder a uma comunidade como Portugal, ao desafio que se coloca em termos de saúde, é um desafio muito grande, e portanto temos de ser muito responsáveis nas opções que temos que tomar. Daí que retomando a questão do SAP eu diria o seguinte: a Comissão Concelhia de Saúde de Aveiro, de que Senhor Deputado António Regala faz parte, e que foi criada por um desafio que o seu antecessor me lançou, ao fim de uma semana de eu estar como Coordenador da Sub-região, - e graças a Deus que ele me lançou esse desafio, porque esse foi o passo para se criar essa Comissão Concelhia de Saúde, e para criar uma comissão concelhia de saúde em todos os concelhos do distrito de Aveiro, eu fui lá a cada um deles criar a comissão concelhia, mas dizia eu, a actual comissão concelhia tem a possibilidade de reunir por sua própria iniciativa. Eu acho que esta Assembleia Municipal, deve acordar aqui e agora, que o Senhor Deputado em nome de todos nós, promova a realização de uma reunião da Comissão concelhia de Saúde, por forma a documentar-se junto dos membros da mesma comissão acerca de tudo aquilo que se passa em torno deste problema. Porque eu não acredito, com o devido respeito pelos senhores jornalistas, da forma simplória como o assunto é posto, independentemente de diferenças de ordem política, - que eu remeto sempre para o secundário, eu tenho muito respeito pelos meus colegas que hoje em dia estão à frente dos destinos de saúde do nosso país; tenho o Sr. Ministro da Saúde, como uma pessoa consensualmente aceite com um homem competente, experiente e sabedor da saúde. Posso não concordar com muitas coisas como é lógico, mas actos de leviandade como seria o encerramento do SAP sem uma alternativa credível, não acredito que possa avançar.

E portanto, aquilo que eu apelo, é que haja da nossa parte exigência, haja da nossa parte um entendimento do problema em toda a sua dimensão, mas munidos de todos os elementos que são necessários.

Acabava só se me permitem, alertando-vos para um problema que ainda não está em cima da mesa e que vai ser tão grave como este, e que é a nova organização dos centros de saúde.

Com a possibilidade de uma forma autónoma, os profissionais de saúde poderem constituir as chamadas Unidades de Saúde Familiar, agregando voluntariamente os médicos e enfermeiros, os administrativos e os auxiliares que muito bem entenderem; neste momento estão em perspectiva, tanto quanto ouvi dizer, três unidades de saúde familiar no âmbito do Concelho de Aveiro e no âmbito do Centro de Saúde de Aveiro; coloco simplesmente esta questão que me parece a mais premente: - se há três conjuntos de pessoas que de forma voluntária se vão organizar em unidades de saúde familiares, ponto numero um, - onde ficam aquelas que são rejeitadas pelos três grupos? Como é que se vai dividir a população, que vai funcionar como um universo, como um cliente daquelas unidades? E como é que se vai enquadrar cada uma destas unidades no parque de saúde, nas instalações de saúde, actualmente existentes no concelho? Isto é um problema que não nos pode passar ao lado. Isto não é um problema que simplesmente os profissionais de saúde podem resolver de "per si", e nós ficarmos aqui afastados, à espera que eles os resolvam, este é um problema em que nós temos (nós (?), estou-me a por ao lado da comunidade), temos de ser chamados à colação e a emitir opinião.

Por ultimo queria dizer simplesmente o seguinte: - que vejo com muita pena, e com algum cepticismo as extinções da sub-regiões de saúde, e em Aveiro, este é um problema particularmente importante, porque estamos aqui a ver que vamos perder um interlocutor no terreno, o interlocutor vai passar a estar muito longe, e não conhece a realidade; a capacidade

de gestão não é imensa, e portanto, dominar uma região como a região centro em termos de saúde, é ter que gerir um universo, e só aqui a Sub-região de Saúde no ano em que eu sai, tinha um orçamento de quarenta e dois milhões de contos, portanto, a verba que está em jogo é uma verba muito elevada; e o que é que acontece? Acontece o seguinte: - nós conseguimos à custa de várias atitudes de organização e de gestão da Saúde, com que o distrito de Aveiro fosse em 2004 o distrito do país em que o custo por consulta, - e estão aqui imputados todos os custos afectos à saúde, o custo consulta nos centros de saúde, era em média dez euros mais barato do que na média nacional. Portanto, meus caros colegas de Assembleia, é possível reduzir custos em saúde! Basta pensar nisto: - dos quarenta e dois milhões de contos que a Sub-região de Saúde de Aveiro gastou em 2004, 47% foram em medicamentos, - estão a ver onde é que eu estou a pretender chegar!? Nós temos de facto de atacar, é difícil perante multinacionais com o peso como são as multinacionais farmacêuticas, nós temos essa capacidade, mas temos de facto de lutar por isso: 47,7% foram para medicamentos. Quase 30% foram para meios complementares de diagnóstico e terapêutica, e só 22% é que foram para pagar a recursos humanos.

E é com um desabafo que acabo, para quem está como eu no terreno (porque eu não sou um boy), quer dizer, eu tinha profissão, eu tinha muita coisa que fazer, foi com muita honra que eu fui coordenador da Sub-região de Saúde de Aveiro, mas logo no dia a seguir estava a trabalhar no meu centro de saúde, neste caso em Sever do Vouga com uma população de dois mil utentes para servir, - não sou um “boy”, não tenho nesse aspecto qualquer tipo de complexo; mas dizia, eu que estou no terreno, e todos os dias trabalho junto com profissionais que são funcionários públicos, nós estamos todos revoltados, por uma razão muito simples, é que neste momento aos olhos de todos os portugueses, nós somos aquilo que eu chamo autênticos “CDT’s”, - somos os “Culpados Disto Tudo”; e não podemos mais ser CDT’s, quer dizer, quem trabalha, - como na saúde, vinte e quatro sobre vinte e quatro horas, quem tem que viver às vezes em situações muito complicadas, quer no ponto de vista dos recursos que lhe são postos à frente, quer da complexidade que a nossa sociedade depois nos coloca, estamos sucessivamente a ser massacrados, com “os culpados disto são os funcionários públicos porque eles é que estão em excesso”, e não nos aparecer a separar o trigo do joio, - dizer onde é que estão em excesso e onde é que não estão em excesso, estão a pôr em causa uma coisa que é muito importante (e peço desculpa para utilizar uma coisa que não é minha), utilizar a chamada “moral das tropas”, e qualquer dia de facto pode acontecer uma coisa que é muito desagradável para este país, é que apareça para ai algum iluminado que consiga dar a volta a cabeças revoltadas, e como sabem, quem está revoltado não pensa duas vezes.”

Vogal João Pedroso (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Penso que este tema da saúde no distrito de Aveiro é demasiado importante, para na Assembleia Municipal ficarmos por apreciações casuísticas ou na base do discurso. Sendo assim, a interpelação à Mesa em meu nome e de alguns outros deputados da bancada do Partido Socialista, é que a Senhora Presidente se dirija institucionalmente ao responsável da Saúde no Distrito, solicitando as informações adequadas à situação que aqui nos foi colocada e que depois em tempo oportuno, na próxima sessão ou na continuação desta, esses esclarecimentos sejam prestados à Câmara.

Em segundo lugar, se houver consenso e penso que sim, que a partir do momento em que temos um único elemento desta Assembleia que está eleito para a Comissão Concelhia de Saúde, que é o nosso colega deputado António Regala, que também seja mandatado por esta câmara, para em nosso nome, convocar e reunir essa comissão e depois nos prestar aqui os esclarecimentos do que se passar nessa comissão.

Por isso, é minha proposta que a Mesa operacionalize esta discussão, seja institucionalmente seja através do nosso representante na Comissão de Saúde.”

Presidente da Mesa

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Em relação ao Sr. Fernando Marques e à questão do SAP, queremos prestar a nossa solidariedade para com a Junta de Freguesia da Glória, os autarcas e os seus cidadãos. Somos naturalmente contra essa hipótese que se levanta, e o Dr. Miguel irá reflectir mais daqui a pouco essa nossa posição.

O Dr. Candal já não está presente; o Dr. Arsélio colocou-me uma problemática complexa e interessante, sobre a qual penso que o vereador Jorge Greno se irá pronunciar.

Quanto ao Senhor Presidente da Junta de S. Bernardo, e sobre a visita feita a 29 de Maio. Nós terminámos na passada segunda-feira o périplo por todas as freguesias, fizemos apenas o nosso dever, e penso que saímos dessa volta pelo concelho todo e dessas reuniões, muito mais ricos e muito mais informados. E queremos agradecer aqui, publicamente, a todos os executivos a todos os presidentes de junta, pela forma amiga e aberta, como receberam todo o executivo municipal.

Quanto ao êxito do Centro Desportivo de S. Bernardo, estamos naturalmente solidários com os votos que aqui foram expressos, estamos perante uma das excelentes escolas de formação ao nível desportivo ao nível desportivo e pessoal também, a nível nacional e registamos todos esses êxitos que são obtidos pelo clube sistematicamente, como nos habituou, de obter por exemplo, numa prova máxima nacional de Iniciados, o melhor jogador, o melhor guarda-redes e o melhor marcador, acho que é prova de que do trabalho na formação é feito com excelência. António Regala, a reflexão que fez sobre a saúde, o Dr. Miguel irá naturalmente tentar esclarecer.

Dr. Raúl Martins, não percebi, - com sinceridade, partes da comunicação que fez, nomeadamente no recurso à adjectivação ou a classificação, “arrogância”, “incapacidade”, nomeadamente quando fala de pessoas, enquadrou neste grupo, cinco pessoas, afirmando, “pessoas com problemas de idade”, “pessoas a quem a vida lhes foi madrastra”, - acho que não foi feliz.

Quanto à MOVEAVEIRO, compreendi perfeitamente; é também uma das preocupações que nós temos. Estamos a reunir e há procura da melhor solução e do melhor caminho.

Mas nem tudo é mau nestas coisas; ainda hoje aconteceu um acto importante, discretamente, em que por exemplo, ao nível do PDA que tinha 29% dos terrenos, com uma escritura que foi feita hoje, já tem 70% dos terrenos. Está aqui uma progressão significativa e nem tudo é mau nestas áreas.

Dr. Jorge Nascimento, obrigado também pela reflexão que produziu.

Em relação ao deputado Rocha de Almeida, reforçar aqui da visita com que no dia 13 de Julho o Senhor Presidente da República irá distinguir o nosso concelho. Ele vem cá e já receberam um convite ou irão receber e gostaríamos muito que os membros da Assembleia e este convite também já foi de uma forma mais particular endereçada aos senhores presidentes de junta, na reunião que tivemos este mês. Mas que marcassem presença neste acto, por tudo, pela presença do Senhor Presidente da República e também, pela problemática que irá estar em apreço, no fundo tem a ver com a questão social, tem a ver com crianças em risco e com a violência doméstica; são questões que são importantes e nós reforçamos aqui.

Gilda, é um processo complexo, uma situação difícil, ela tem que ser reflectida ponderada, dialogada, e pedia-lhe que passasse na câmara e comigo e com o Eng.º Carlos Santos, a ver se

nós com calma vamos encontrando aquilo que é difícil de encontrar para aquele caso, - que é a solução.

Quanto ao representante do Senhor Presidente da Junta de Oliveirinha às questões que colocou, em relação ao Parque D. Pedro V, em relação aos parques da cidade, nós temos conversado amiudadamente com os Senhores Presidentes de Junta respectivos dessas áreas, que nos têm colocado essas questões e com os quais estamos a procurar as melhores soluções.

Quanto à questão das taxas de saneamento ou do saneamento, a questão é esta. Nós fomos confrontados com algo do seguinte: haviam pessoas que tinham a ligação de água em casa e pagavam saneamento e pagavam a recolha dos resíduos sólidos e depois tinham o vizinho, que só tinha ligado a rede de saneamento; não pagava nem saneamento, nem pagava resíduos sólidos. Isto parecia-nos injusto que isto acontecesse e foi para terminar com esta situação que se avançou para este nível de medidas, de forma a facturar essas pessoas, e haja aqui algum equilíbrio neste pagamento.

Arquitecto Paulo Anes, em relação ao PU, quando há pouco referiu e bem, num primeiro período de discussão pública não foram cumpridos os prazos legais estabelecidos, e daí irá decorrer, e já foi para publicação em diário da república um aviso, e irá decorrer um complemento ao aviso de discussão pública. Nós teríamos que estar mais seis dias a discussão pública, e jogámos pelo seguro e iremos dar mais quinze dias de discussão pública, e gostaremos que decorra mais tardar no mês de Julho.

Quanto às respostas aos cidadãos, como este período irá ser de complemento a esse primeiro período que decorreu no ano passado, mais ou menos por esta altura, continuam válidas as reclamações feitas pelos cidadãos nessa altura. Isto é, não é necessário ao cidadão que já reclamou, voltar sobre o mesmo assunto, a reclamar. Elas estão consideradas e irão ser respondidas logo após o fecho deste complemento a esse período de discussão pública que irá decorrer.

Quanto aos Planos eficazes são o PP do Centro, o Mário Duarte e a Quinta do Simão.

Quanto à tabela de taxas e licenças que referiu, nós estamos a alterar, penso que já é público isso, e fizemos tudo para conseguir trazer o assunto a esta Assembleia, depois há todos aqueles procedimentos e legalidades, que não permitiram que isso acontecesse que viesse já. E porquê? Nós iniciámos quando chegámos à câmara, uma alteração profunda à questão da tabela de taxas e licenças; é um processo complexo e fomos-nos deparando com esta dúvida quase existencial. Gostaríamos que a alteração fosse abrangente, fosse total; o problema é que há aqui situações muito graves na nossa perspectiva, que tinham que ser alteradas rapidamente e então optamos por isso há pouco tempo. Independentemente da alteração radical e profunda que irá ocorrer, nós alterámos já algumas tabelas e alguns preços, em termos de tarifas e taxas que estão a ser pagas.

Penso que na próxima Assembleia, se os prazos decorrerem, dentro da legalidade que é previsível, esse assunto estará aqui a ser analisado por todos os membros da Assembleia.

Prof.a Teresa Fidélis, - Programa Nacional de Ordenamento do Território, e os programas regionais, são assuntos que nós temos acompanhado no âmbito da GAMA e da AMRia; temos tido reuniões periódicas com os 13 presidentes de câmara, e é também algo que saudamos de uma forma especial. Temos trabalhado muito estreitamente com todas as câmaras e é um conjunto alargado de questões e de problemas que têm que ser vistos nessa perspectiva que me referi há pouco, - intermunicipal. Não faz sentido, vermos apenas na nossa perspectiva; são um conjunto alargado, nomeadamente esses instrumentos de planeamento, e vamos procurar colocá-los nesse âmbito.

Foi o que se passou também no Plano de Ordenamento da Ria de Aveiro, e a Prof.a Teresa Fidélis levantou aqui a questão. É verdade que houve um pedido da AMRia para que esse assunto fosse agendado nas Assembleias municipais, mas houve um procedimento legal que depois veio a inviabilizar isso; faltava ali um parecer da comissão de coordenação e

desenvolvimento da região centro, e no meio de tanta legislação a AMRia não pediu, e como não pediu, já não deveria ser agendado porque era ilegal discutir esse assunto agora; certamente, e se o parecer não demorar muito, ou logo que chegue esse parecer da CCDR, esse Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro, que é um documento naturalmente decisivo e importante para todos nós, e irá aqui ser analisado pela Assembleia Municipal.

Regulamentos de ocupação da via pública, o Vereador Jorge Greno vai dar essa informação.

Em relação a estas propostas do Mendes Leite e do José Estêvão; em relação ao José Estêvão nós estamos a trabalhar para dois mil e nove. Em relação a isso porque naturalmente é mais do que justa essa referência, que Aveiro tem que fazer a essa figura ilustre da sua história.

Dr. Miguel Fernandes, sobre habitação social, nós estamos a procurar intervir de forma discreta e sossegada nesta área. Inclusive temos mesmo um técnico superior que foi enviado para trabalhar especificamente na área social, que nos parece importante aqui aprofundar esta questão da habitação social, porque é no fundo o essencial do grande sonho das famílias; - ter a sua própria casa. E o município de Aveiro, quer directamente, quer indirectamente, nomeadamente através dos CDH's, de dar esse contributo, para que nomeadamente os jovens possam realizar esse sonho da sua vida.

Quanto à Instituição do Convento das Carmelitas. Nós respeitamos integralmente a eventual justiça da pretensão da igreja, em retomar o convento das carmelitas, mas quero que fique muito bem claro aqui, claramente com todos, que a dada altura foi um processo que se foi desenrolando, houve um encontro com o Senhor Ministro, com o Secretário de Estado, com o Senhor Governador Civil, a Representante da Ordem dos Advogados, e nessa altura perante a questão que é conhecida do Tribunal Tributário, do Tribunal Executivo e Fiscal, é levantada a questão nestes termos assim com toda a clareza. Se houvesse uma resposta clara naquele momento; se o município de Aveiro fosse claro na sua posição, tínhamos para já o Tribunal Tributário, e acredito, - e agora já é uma sensação pessoal, podíamos ter o Tribunal Executivo e Fiscal. Naquela altura, mal ou bem, ele assumiu em nome do município que esse compromisso. Portanto, está um compromisso claro da nossa parte, nesse sentido de que o Convento (não estamos a falar da Igreja), tenha esse fim já a curto prazo, e esperemos que seja mesmo conforme compromisso público assumido em Aveiro pelo Senhor Ministro, e seja mesmo a curto prazo.

Na evolução natural que o processo possa ter, e estamos aqui na área da justiça a falar nas tais lacunas que Aveiro também tem nessa área, nomeadamente em relação à hipótese do edifício para um novo tribunal, pode haver um conjunto de soluções que podem evoluir no processo, encontrando outras soluções e naturalmente vir mais tarde a fazer-se essa justiça. Mas neste momento há esse compromisso que foi assumido, e queria que isso ficasse aqui bem claro em relação ao isso.

Prof.a Romana em relação ao Centro de Saúde de Esgueira, estamos solidários naturalmente com a posição que foi tomada pela Assembleia de Freguesia ontem em Esgueira. Quanto ao Clube Povo de Esgueira, queria reforçar a saudação que fez ao clube, é outra escola notável que ao longo de muitos e muitos anos, que todos nós nos deparámos sempre com este trabalho notável que o Esgueira tem feito em termos de formação e em termos de juventude.

E o trabalho que todos os clubes fazem junto da juventude, é muito mais importante, do que aquilo que parece. Não está só em causa meter o golo, ser campeão, encestar a bola, ser o melhor ou ser o pior; não! Está em causa muito mais, nomeadamente, da antecipação ou na anulação ou no impedimento, que a muitos níveis poderão afectar os próprios jovens, e por isso saudamos esse excelente trabalho que também é feito no Clube Povo de Esgueira.

Dr.a Seíça Neves, permita-nos naturalmente que a possamos acompanhar na saudação que fez ao Dr. Rocha Andrade, já o fizemos em termos de reunião de câmara, certamente não porá nenhum obstáculo a que essa saudação, essa verticalidade que referiu, que nós a possamos acompanhar.

Prof. Manuel António, obrigado pelas referencias que fez ao Euro, e também por lembrar a questão do Padre Arménio. É uma iniciativa da junta de freguesia da Glória, uma freguesia com uma iniciativa justíssima, e penso que em nome da Junta de Freguesia posso também manifestar o nosso gosto em podermos na próxima terça-feira, ao final da tarde, encontrarmos no Centro de Congressos para prestarmos essa justíssima homenagem a uma das figuras inesquecíveis da nossa cidade e do nosso concelho.”

Vice-Presidente Carlos Santos:

“Apenas três ou quatro referencias muito simples, em relação a algumas questões que aqui nos foram apresentadas.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz deu duas sugestões sobre o Mercado Manuel Firmino, que se encontrava fechado, e sugeriu que fossem abertos os contentores que estão cá fora, e que também o parque de estacionamento fosse utilizado.

É evidente que são sugestões que o Sr. Presidente da Junta fez, mas como todos compreenderão não podem ser atendidas. O mercado quando abrir e isso acontecerá, tem que ser aberto no seu todo; e quanto mais é sabido que o parque de estacionamento é interno, faz parte do edifício e nós não podíamos de facto abrir o parque de estacionamento sem que todo o mercado Manuel Firmino estivesse aberto.

Devo dizer portanto, que as obras de equipamento do Mercado Manuel Firmino, vão iniciar-se rapidamente o equipamento de todo o mercado, e também devo dizer que os termos de entrega de lojas, está tudo concertado e que em principio no prazo de quinze dias o Senhor Presidente da Câmara fará o termo de entrega de lojas aos lojistas.

Com o é sabido os lojistas, terão que preparar todas as suas lojas, precisam de tempo para o fazer, e de facto quanto mais cedo tiverem as lojas, mais cedo se poderá proceder à abertura do mercado.

O Deputado Orlando Terra Seca já tinha posto esta questão na reunião que realizamos na Junta de Freguesia da Vera Cruz, eu garanto-lhe, - porque se trata de uma obra pequena como de facto disse, que o senhor vai ser contactado e vamos resolver este problema.

É sabido que temos tido algumas dificuldades de meios, devo dizer que todas as juntas de freguesia sabem as dificuldades que temos, em relação aos materiais, todas elas têm sido extremamente compreensivas em relação a esta questão. Algumas coisas pequenas, nós vamos fazendo e eu creio, em relação a esse prédio que é importante, porque são muitas famílias, que é importante corrigirmos essa situação, como temos corrigido outras.”

Vereador Miguel Capão Filipe:

“Queria começar por cumprimentar o Deputado Paulo Maia pela intervenção assertiva e magnífica que acabámos de ter aqui neste plenário. Sobretudo porque ficámos melhor esclarecidos todos nós, embora eu já soubesse dessa circunstância quando aqui tem vindo com alguma regularidade, a reivindicação justa, das diferentes extensões de saúde que estão por fazer no concelho de Aveiro; era e é uma questão da Administração Central, e tivemos em discurso directo, que a situação é mesmo da Administração central e da administração sub-central ou regional. E sobretudo também aqui a saber que se noutros assuntos existem compromissos assinados que poderão não ser compromissos da Administração Central, que também infelizmente por este trajecto publicações no diário da republica, que no actual estado das coisas, também serão questionáveis. Aqui faço um apelo a todos nós, porque a saúde é o bem numero um dos aveirenses, a todas as bancadas parlamentares para através das respectivas estruturas, fazerem chegar perante essa mesma administração central, em sede de parlamento nacional, do compromisso publicado em diário da republica perante os aveirenses e na sua regulamentação financeira, que é aquela que falta, e no cumprimento de facto do estudo técnico-científico realizado para completar essa grelha dos cuidados de saúde primários

que o concelho de Aveiro merece e justifica. Não se trata de nada de transcendente; ficou cabalmente esclarecido e em discurso directo, e por isso agradeço, - mais do que ao deputado, ao colega médico Paulo Maia, cumprimentando desde já, porque me é dada esta oportunidade, pelo trabalho que tive, enquanto trabalhador na área da saúde, de acompanhar a missão de três anos na coordenação da região de saúde de Aveiro, o Senhor Deputado é testemunha que eu nunca falei em Sub-região de Saúde de Aveiro, porque já então reivindicava que Aveiro com os seus quase milhão de habitantes, com a rede de hospitais que tem, e com a rede de centros de saúde que tem, que deveria ser uma das regiões como há a do Vale do Tejo, como há a região de saúde do centro, a região de saúde do norte, que o distrito de Aveiro por si, justificava pelo seu orçamento, e pelas estruturas que coordenaria, porque infelizmente os hospitais não eram coordenados pela dita enfim, designação redutora de Região de Saúde de Aveiro; tiraram-nos a gestão dos hospitais do distrito que também deveriam trabalhar em rede e estavam dependentes dessa estrutura denominada ARS Centro. Mas sempre defendi que a evolução não era acabar a Sub-região de Aveiro, mas era sim fazê-la progredir para Região de Saúde de Aveiro, e em que se faria a gestão não só dos cuidados de saúde primários e dos centros de saúde, mas dos diferentes hospitais existentes no distrito de Aveiro.

E mantenho essa mesma convicção, de que a Sub-região não pode nem deve desaparecer, mas deve sim evoluir no sentido perfeitamente oposto, no sentido de Região de Saúde de Aveiro.

No que diz respeito ao SAP, pode ser uma mera hipótese, mas pode ser também que estejam a apalpar o terreno (passo a expressão), e aí tenho que ser inequívoco. Eu quando ouvi esta mera hipótese, pensei logo à partida, que o encerramento do SAP de Aveiro que não seria a localização geográfica Portugal/Europa; será enfim, o fim do SAP de Aveiro em Manaus? ... uma realidade amazónica? Mas enfim, melhor lido, e vendo como estava nas páginas internacionais ou da lusofonia, mas nas páginas nacionais e regionais, esta mesma notícia, ganhei convicção que a hipótese que está neste momento em cima da agenda de discussão de Aveiro e dos aveirenses, é a hipótese do encerramento do SAP.

E aqui expressamos cabalmente, não só uma preocupação, como um repúdio vivo, que este mesmo SAP não pode de modo algum, sob pena de ofender o estado de saúde dos aveirenses e do concelho de Aveiro, se encerrar. E passaria a explicar, - até porque este assunto poderia dar para um workshop, só dois ou três factos compreensivos. O primeiro, é desde logo como foi dito e bem pelo Senhor Deputado Paulo Maia, é preciso a plenitude na autonomização da medicina familiar preventiva, determinados cuidados primários, e há um perigo de “sapisação” da urgência hospitalar; a urgência hospitalar é para agudos, tem uma triagem de Manchester em que os ditos verdes, as vulgares amigdalites, têm horas de espera, e iríamos encharcar os minados verdes numa urgência que é preparada para doentes verdadeiramente agudos, necessitando de cuidados hospitalares, e portanto teríamos cerca de duzentos, trezentos doentes a serem deslocados do SAP e do Centro de Saúde de Aveiro e encharcar aquilo que é feito para o tratamento de agudos, e necessitando de cuidados hospitalares e sobretudo, eu penso que poderá aqui haver algo por trás disto, quando abrirmos o novo serviço de urgência, que são uns serviços de urgência em termos de instalações de referencia no país, e eu congratulo-me porque fiz parte do seu nascimento e da sua concretização, enquanto membro do concelho de Administração e director clínico do hospital, e o que poderá estar por trás disto é em vez de a urgência do hospital de Aveiro progredir para aquilo que deveria progredir que é para uma urgência do tipo polivalente de hospital central, poderá a nível da sua diferenciação reduzir-se para a sapisação, para tentar transformar a urgência do hospital de Aveiro, num SAP com alguma diferenciação, e temos de estar atentos e ver se não está algo por trás disto que é a diminuição da diferenciação dos cuidados hospitalares em detrimento da realidade da região centro que é uma realidade, em que coloca meio milhão de habitantes a sessenta minutos de cuidados diferenciados, hospitalares e polivalentes.”

Vereador Jorge Greno:

“Começo naturalmente por me congratular com todos os resultados desportivos obtidos pelo S. Bernardo, pelo Esgueira, pelo Galitos, Beira-mar, Eixense, a nível de formação houve resultados bastante bons este ano no concelho de Aveiro, e naturalmente que ficamos satisfeitos com o sucesso dos clubes no concelho de Aveiro.

Relativamente às questões que foram colocadas. Prof. Arsélio Martins, efectivamente temos muito investimento público no concelho de Aveiro, sobretudo em pavilhões gimnodesportivos nas escolas. Acontece que muitas vezes são os concelhos executivos das escolas, que acham que esse investimento é património exclusivo das escolas e não o colocam ao serviço da comunidade. Mas no entanto temos por exemplo um protocolo celebrado entre a câmara e a escola de Aradas, em que há uma série de colectividades, que utilizam o ginásio da escola de Aradas para praticar desporto. Infelizmente outras escolas não têm essa postura, e temos por exemplo, clubes de Esgueira que tem de usar o pavilhão de Aradas para terem jogos do campeonato e treinos, porque a escola de Esgueira não faculta aos clubes o acesso a essas mesmas instalações.

Isto trás também outro problema que tem a ver com os exames médicos que são necessários para praticar desporto: - o Decreto-lei n.º 385/99, obriga a que qualquer praticante de actividade desportiva, seja portador de atestado médico e isto faz com que exista algum receio por parte das entidades que gerem os espaços desportivos, em abrirem estes espaços à comunidade. No entanto, o mesmo instituto de desporto que é tão cioso no cumprimento desta norma, atribui por ano dezenas de milhares de contos à organização da maratona de Lisboa, que é uma prova sem qualquer controlo médico dos atletas que aí participam. Portanto, há aqui um contra-senso.

Depois foi referido também pelo Prof. Arsélio Martins, mas também pelo Dr. Raúl Martins vagamente, a questão do Aveiro-Basket, das negociações, e aquilo que eu quero deixar aqui, é que efectivamente há uma proposta que foi recebida na câmara da empresa “Castro-Brothers”, mas qualquer negociação que a câmara faça, será sempre no recato e não na via pública. Portanto, todas as informações que têm surgido na comunicação social, não partem da câmara, nós quando tivermos alguma coisa a comunicar, comunicaremos em devido tempo. Certo é que no caso do Aveiro-Basket já foi manifestado pelo Senhor Presidente que não é intenção da câmara continuar como accionista deste projecto, e que tentaremos logo que possível uma solução para que a câmara se retire do projecto.

Relativamente à questão das piscinas municipais, a questão irá ser colocada ao Beira-mar que é quem faz a gestão das piscinas, portanto, se as piscinas não abrem, o Beira-mar deverá esclarecer porque é que não as abrem.

Aveiro Cup, é um exemplo de organização e de co-organização, pelo menos dois clubes: Taboeira e Beira-mar; um exemplo que nós apoiamos e gostávamos que noutras modalidades também fosse possível que os clubes se juntassem à câmara e à associação respectiva, para poderem organizar torneios; e estamos a falar de um torneio que movimenta cerca de mil pessoas durante este fim-de-semana em Aveiro, e utiliza uma série de campos do concelho de Aveiro, e é muito interessante toda esta movimentação que acontece.

Ginástica para todos. Hoje tive oportunidade de assistir ao encerramento das actividades deste ano do projecto “feliz idade”, não é ginástica para todos, é ginástica para a terceira e quarta idade, e foi muito interessante, porque eu nunca tinha assistido a uma aula de ginástica dada para pessoas em cadeiras de rodas, a pessoas de muletas, andavam lá, divertiam-se, estavam divertidos com o que estavam a fazer, e vamos continuar com estes projectos, porque os projectos e mesmo para todos, e vamos procurar que estes seniores que normalmente têm disponibilidade para utilizar pavilhões dos clubes que estão vazios em determinadas horas, que possamos aqui também fazer um intercambio com os clubes que disponibilizem os seus

pavilhões e eventualmente alguns técnicos da área desportiva que possam também colaborar com estes projectos que são muito interessantes.

Prof.a Teresa Fidélis, regulamento de ocupação dos espaços públicos e publicidade. Descobrimos algures na câmara que havia um documento pronto do Vereador Eduardo Feio, mas que por motivos insondáveis ficou esquecido numa gaveta. Neste momento estamos a rever o documento, naturalmente há ideias que não são coincidentes com as que existiam; há uma equipa de trabalho constituída por mim, pelo departamento jurídico, obras particulares e obras municipais, a rever ponto a ponto, o clausulado. Eu penso que na pior das hipóteses em Setembro, esse regulamento será levado a reunião de câmara para aprovação e posteriormente, consulta pública e Assembleia Municipal.

O acesso a regulamentos no site, também para dar a notícia que a curto prazo estará disponível uma nova versão do site. O site como penso que sabem, há determinadas normas do Aveiro-Digital, para que haja uma determinada homogeneidade dos vários sites das câmaras que estão neste projecto, com as quais eu não concordo mas é o que temos. De qualquer maneira, a nova versão terá mais facilidade de pesquisa e de consultas e irá integrar também já toda a parte de requerimentos on-line, de acesso on-line a uma série de funcionalidades que neste momento ainda não temos.

Por ultimo, também uma palavra relativamente ao EURO Sub-21, que correu muito bem, a Federação ficou extremamente agradada com aquilo que fizemos em Aveiro, com a capacidade que conseguimos ter. Foi um trabalho de equipa, uma equipa muito boa na câmara; já tinham praticamente todos experiência do EURO 2004, e portanto, foi renovada a equipa com alguns elementos que estão agora na câmara mas não estavam antes, e as coisas correram muito bem.

Aproveito só para fazer a ponte com o que disse o Dr. Raúl Martins, relativamente aos recursos humanos. Efectivamente a câmara tem recursos humanos valiosíssimos e como qualquer organização com seiscentos elementos, infelizmente não podemos tê-los todos pela bitola máxima, mas no geral a qualidade é bastante boa e aquilo que eu particularmente enquanto vereador responsável pelos recursos humanos, procuro fazer é potenciar e maximizar as capacidades de cada um, de modo que o trabalho deles possa ser reconhecido e que eles se possam sentir também recompensados também por aquilo que fazem.”

Vereador Pedro Ferreira:

E

“Vou responder a três questões que foram relativas aos pelouros e às empresas que estão sobre a minha alçada, e depois só um esclarecimento que eu acho que é devido.

Em relação às questões colocadas pelo Senhor Deputado Arsélio Martins, as propostas de pagamento aos credores são sempre feitas pela câmara, e friso isto muito bem, as propostas de pagamento são sempre feitas pela câmara.

Em relação à MOVEAVEIRO, e peço desculpa, - como disse o Dr. Raúl Martins, também eu gosto de falar das coisas frontalmente; o Sr. Presidente já esclareceu algumas coisas, mas eu gostava só de referir três ou quatro situações que acho que são muito importantes.

Fazendo um bocadinho, o historial da empresa, se calhar quando veio aqui a constituição da empresa, não sei se foi trazido todo o seu historial; a MOVEAVEIRO foi criada inicialmente para substituir apenas e só a TRANSRIA. Tanto que o primeiro estudo foi feito através da análise da TRANSRIA, e foi feito por uma razão muito simples: - a TRANSRIA estava em falência, já não podia continuar, ao abrigo de várias leis já não podia continuar, e havia a necessidade de criar uma empresa para a substituir. Aproveitando o facto dessa empresa ter de desaparecer, e muito bem na minha perspectiva a câmara, decidiu alargar à mobilidade e ao interesse da mobilidade em Aveiro. Até estamos todos de acordo, acho que é um bom princípio.

Agora o problema, foi que se pegou em várias peças e não se ordenaram. Foram postas umas sobre as outras; - posso-vos transmitir que o estudo que foi feito em relação à MOVEAVEIRO

para a constituição desta, é de tal maneira “cor-de-rosa” (se me permitem a expressão), que em 2007 já daria lucro.

Ora, estando uma parte da empresa, - que era a TRANSRIA, em falência técnica, sendo os autocarros em qualquer ponto do mundo subsidiados entre 40 a 60%, por muito bons que os parquímetros sejam em Aveiro, eu acho muito difícil isso acontecer. Para além disso, quem realizou o estudo, se calhar pensava numa empresa privada, porque na realidade há investimentos que deveriam ter sido feitos em 2005 e 2006, e continuariam por aí em frente, que tem que ser feitos, nomeadamente novos autocarros, mudança de algumas lanças, enfim, estava tudo discriminado no projecto. Esqueceram-se é que é uma empresa municipal, que tem regras de endividamento às quais tem que se sujeitar, e portanto, há certas situações que se deviam concretizar.

Mas voltando à questão de porque é que eu acho que a empresa foi claramente mal constituída, é tão simples como isto: a MOVEAVEIRO, - o capital social não está completamente constituído, porque ainda existe a empresa TRANSRIA (legalmente ela ainda existe).

Por outro lado, como é que se consegue ter um contrato publicitário durante oito anos, e a empresa que o tinha, - e estamos a falar dos autocarros, só ter pago os primeiros dois e ninguém se preocupou em rever esse contrato, ou em sequer o liquidar. Foi das primeiras medidas que tomámos.

Os táxis marítimos, - muito bonitos, se calhar em vésperas de eleições! – Como é que se podem pôr embarcações a navegar, com oito pessoas, e o motor daquilo nem sequer um cavalo tem? Há coisas que têm que ser pensadas; estas coisas deviam ter sido pensadas, porque assim não se dá sequer credibilidade à empresa.

Relativamente a regulamentos, estatutos e acordo de empresa, eu tenho de vos transmitir o seguinte: - a empresa tem uma estrutura definida; regulamento interno, temos simplesmente um sketch desse regulamento que será em breve aprovado. Relativamente ao acordo de empresa, eu acho que foi dos processos que nós pusemos imediatamente em curso, acho que esta empresa devia ter começado logo por isso no início, - e estamos a falar em Abril do ano passado (ainda não estávamos cá), mas é complicado conseguirmos um acordo de empresa a falar com os sindicatos, quando uma parte dos trabalhadores, no primeiro ano de actividade é aumentado 28,8%. Como é que se justifica isto aos restantes trabalhadores?

Há certas coisas que deviam ter sido muito bem explicadas. Não podemos continuar a ter, - e foi essa a primeira medida que tomámos quando chegámos: subsídios de refeição diferenciados entre os trabalhadores! Acho isso incrível, inaceitável, mas tratámos desse assunto.

Em relação à discussão ou não na praça pública, e à possível alienação ou não de partes de capital. Em relação à discussão em praça pública, não tem sido alimentada minimamente por mim; - aliás há certos partidos políticos que fizeram comunicados, que falavam até de eventuais reduções de carreiras. Em relação a essas reduções de carreiras, eu queria-vos dizer que segunda-feira entra em funcionamento um serviço que inicialmente será sazonal em S. Jacinto e se correr bem poder-se-á prolongar no tempo. Estas pequenas coisas é que dão interesse.

O Deputado Raúl Martins (e ele não está cá infelizmente, para nós falarmos sobre isso), mas sobre os seus comentários sobre gestão privada ou gestão pública, ou queria dizer o seguinte: gestão privada para mim tem uma grande vantagem em relação à gestão pública; não tem a parte política e não tem estes pequenos pormenores de que se muita da informação que aqui foi transmitida tipo “não há dinheiro para o gasóleo”, - quer dizer, isto é muito complicado em termos de gestão! Se toda a gente e amanhã com certeza a comunicação social fará o seu trabalho, e se fosse verdade era muito complicado de gerir.

Portanto, aquilo que nós estamos a fazer na MOVEAVEIRO, primeiro é resolver “nós” que estavam muito atados e que eram complicados, mas posso-vos dizer que em breve nós teremos um estudo bem feito para a viabilidade daquela empresa, a saber quanto é que realmente a

câmara precisa de por todos os meses naquela empresa; porque terá sempre que por, porque há uma componente social a manter.

Por último só um esclarecimento, gostava muito de ter participado no debate que foi promovido por vós, mas infelizmente só ao outro dia é que li o jornal, porque senão teria todo o gosto em assistir, é daquelas coisas, - eu não sou técnico nem responsável político nessa área mas todos nós gostamos um bocadinho de saber do território.

Em relação ao aterro, obrigado, - pelo elogio ao conselho de Administração da ERSUC e pelo elogio à gestão.

Em relação aos cheiros e aos maus cheiros, que acho que é importante nós aqui percebermos um bocadinho. O aterro é coberto de “x” em “x” tempo, normalmente são duas vezes por semana; e é natural que enquanto não é coberto cheire mal, e quando é coberto não cheire.

Em relação às contrapartidas, trarei obviamente na próxima sessão, julgo que houve uma que eu tenho quase a certeza, que foi a selagem da lixeira que lá está, mas poderá ter havido outras e eu tentarei saber isso.

Os municípios que são abrangidos pelo aterro de Aveiro são os que constituem o distrito de Aveiro. Como sabem nós temos neste momento a funcionar três aterros, e portanto, o do distrito de Aveiro, vem para o aterro de Aveiro.

Em relação ao novo aterro, ele ficará colocado no mesmo concelho, onde for feita a unidade de tratamento mecânico-biológico, assim foi feito o estudo.

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

“Antes de terminar (e anunciar a continuidade das reuniões relativas a esta sessão) a Mesa gostaria de se associar aos cumprimentos feitos ao Sr. Vereador Dr. Rocha Andrade, e quer também desejar-lhe um excelente mandato e um excelente exercício de oposição na Câmara Municipal de Aveiro.

Relativamente à Moção apresentada pelo deputado António Regala, no início da próxima reunião teremos ocasião de a pôr à discussão e eventual votação.”

Dado o adiantado da hora, a Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião desta Sessão Ordinária de Junho, informando que a próxima reunião que será no dia 03 de Julho (2.^a feira) pelas 20:30 horas.

Eram 02:00 horas do dia 01 de Julho de 2006.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:30)